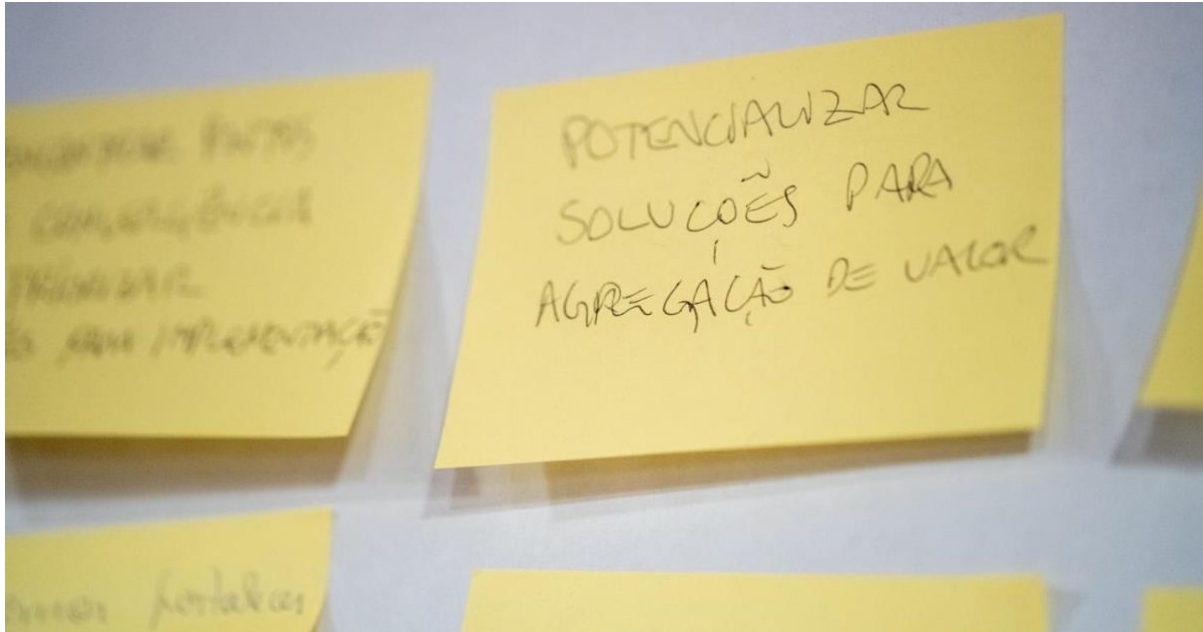


Relatório de Oficina

Sociobioeconomias e Finanças para a Conservação na Amazônia

Este documento reúne os debates e reflexões dos participantes da oficina “Sociobioeconomias e Financiamento da Conservação na Amazônia”.

Este é o **Relatório da Oficina 1** do Projeto “Poder das Conexões: Colhendo Lições e Fortalecendo Coalizões para a Conservação da Amazônia”.



Fevereiro de 2026



Relatório da Oficina ‘**Sociobioeconomias e Finanças para a Conservação na Amazônia**’, realizada entre os dias 28 e 31 de maio de 2025, em Nazaré Paulista, São Paulo, Brasil.

Realização: Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos da Universidade da Flórida (TCD/UF), em parceria com a Fundação Moore.

Apoio: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Como citar este documento

Poder das Conexões (2026) Sociobioeconomias e Finanças da Conservação na Amazônia: Relatório da oficina. Nazaré Paulista, São Paulo, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18614542>

Contribuições dos autores

Líderes temáticos/Especialistas: Valladares-Padua, C., Blare, T. **Organização da oficina:** Espada, A.L.V., Luna-Celino, V., Martins, C. **Concepção e desenho da oficina:** Dain, J., Valladares-Padua, C., Blare, T., Useche, P., Kainer, K., Espada, A.L.V., Luna-Celino, V., Mello, D., Loiselle, B. **Geração de dados:** Blare, T., Breyer, F., Cayapa, R., Costa, A. D., Cwener, M., Dain, J., Espada, A. L. V., Espín, P., Esseboom, M., Farias, R., Loboguerrero, Luna-Celino, V. Mello, D., Nunes, A.C.G., Ortiz de Zevallos, A., Padua, C., Padua, S., Kainer, K., Koury, C. G., Serrão, M., Silva, N., Solano Cornejo, D., Useche, P., Witoto, V. **Captura de dados e rascunho original:** Nunes, A.C.G. **Revisão e edição de rascunhos:** Blare, T., Valladares-Padua, C., Useche, P., Kainer, K., Luna-Celino, V., Espada, A.L.V. **Facilitação da oficina:** Dain, J., Mello, D. **Fotos:** Cagiano, L., Espada, A.L.V. **Concepção do projecto e captação de financiamento:** Kainer, K., Loiselle, B., Useche, P., Dain, J.

1. Pan-Amazônia. 2. Empreendedorismo comunitário. 3. Cadeias de valor. 4. Finanças de impacto. 5. Modelos colaborativos de desenvolvimento

Sumário

<i>Apresentação</i>	5
<i>Processo de organização da oficina</i>	8
<i>Objetivos da oficina</i>	9
<i>Programação</i>	9
<i>Participantes e suas origens</i>	12
<i>Expectativas dos participantes</i>	14
<i>Definições coletivas</i>	16
O que entendemos por sociobioeconomia e finanças da conservação?	16
Reflexões Coletivas	22
<i>Explorando as sociobioeconomias e finanças para conservação a partir de múltiplas perspectivas</i>	24
<i>Sociobioeconomias discutida pela perspectiva de organizações não-governamentais</i>	26
Financiamento e Sustentabilidade Econômica	29
Desafios e Estratégias para Superação	30
<i>Sociobioeconomias sob a perspectiva das comunidades</i>	31
Experiência da ASPROC	32
Experiência da Kallari	33
Os Desafios e as Estratégias	35
<i>Práticas e Desafios na Construção da Sociobioeconomia Amazônica</i>	37
Iniciativas e Contexto	37
Inclusão e Transformações Locais	40
Greenwashing e Captura de Valor	41
<i>Finanças para conservação</i>	42
Finanças conscientes	42
Diversidade de fundos, riscos e o desafio de modernizar a arquitetura financeira	43
<i>Juntando Finanças da Conservação e Sociobioeconomia</i>	47
<i>Abordagens Escaláveis, Éticas, Inclusivas e Equitativas</i>	50
Reflexões coletivas	58
<i>Gênero, Igualdade Social e Bem-Viver Territorial nas Finanças da Conservação e Sociobioeconomias</i>	60
<i>Mapeamento de Redes</i>	67
Panorama das Redes Mapeadas	68
Reflexões Coletivas sobre o Valor das Redes	69
<i>Caminhos para Escalar a Sociobioeconomia Amazônica: Financiamento, Autonomia e Alianças Estratégicas</i>	71
<i>Encerramento da Oficina</i>	79
<i>Anexos</i>	82
A. Programação completa e detalhada da oficina	82

Lista de acrônimos e abreviações

ATL	Acampamento Terra Livre
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIP	International Potato Center
CGIAR	Consultative Group on International Agricultural Research
COP	Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas
ESCAS	Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIINSA	Festival de Investimentos de Impacto e Negócios Sustentáveis na Amazônia
FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
Moore	Fundação Gordon e Betty Moore
NDC	Contribuições Nacionalmente Determinadas
ONG	Organização não-governamental
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCD	Programa de Estudos em Conservação e Desenvolvimento Tropical
UF	Universidade da Flórida
VET	Valor Econômico Total

Apresentação

Entre os dias 28 e 31 de maio de 2025, em Nazaré Paulista (SP), Brasil, lideranças comunitárias, pesquisadores, investidores e representantes de organizações públicas e privadas reuniram-se na Oficina *Sociobioeconomias e Finanças para a Conservação na Amazônia*. Este documento é um registro das ideias, tensões e caminhos que emergiram em busca de uma economia mais justa e enraizada na floresta.

A oficina foi realizada no âmbito do projeto *Poder das Conexões – Colhendo Lições e Fortalecendo Conexões para Conservação da Amazônia*, uma iniciativa do Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical (TCD) da Universidade da Flórida (UF), em parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e com apoio financeiro da Fundação Gordon e Betty Moore.

O projeto parte da premissa de que a Amazônia, um dos ecossistemas mais biodiversos e relevantes do planeta, está profundamente conectada aos sistemas sociais, políticos e econômicos globais. Mudanças em políticas internacionais, decisões de investimento ou padrões de consumo em outras partes do mundo afetam diretamente os povos e territórios amazônicos. Por isso, a proposta central do projeto é promover processos de aprendizagem coletiva e fortalecer coalizões e redes de colaboração entre os países pan-amazônicos, conectando saberes acadêmicos, tradicionais e comunitários.

O projeto reconhece que a conservação efetiva da Amazônia só pode ser alcançada com os amazônidas e não apesar deles. Valoriza-se, assim, os conhecimentos, práticas e modos de vida desenvolvidos por povos indígenas, comunidades tradicionais e organizações locais, os quais oferecem soluções inovadoras e replicáveis para os desafios da sustentabilidade.

O projeto iniciou em janeiro de 2025 com terminação previsto para setembro de 2026 e inclui uma conferência internacional em Gainesville (EUA) em fevereiro de 2026 com a participação dos líderes temáticos e representantes dos parceiros envolvidos. Ao longo desse período, serão realizadas cinco oficinas temáticas em diferentes países da Amazônia:

1. Sociobioeconomias e finanças da conservação (Brasil, maio de 2025);
2. Reformulando instituições para a próxima geração de líderes na conservação amazônica (Bolívia, julho de 2025);
3. Gestão colaborativo centrada em povos indígenas e comunidades locais (Brasil, setembro de 2025);
4. Inovações no processo de pesquisa (Peru, dezembro de 2025);
5. Direitos indígenas e instrumentos de governança (Ecuador, janeiro de 2026).

A oficina relatada neste documento foi a primeira do ciclo, com foco na expansão da escala das sociobioeconomias e no debate sobre mecanismos de financiamento para a conservação. Participaram representantes de organizações da sociedade civil, associações de base comunitária, universidades e setor privado, compondo um espaço plural de troca, escuta e construção coletiva.

Durante a abertura do evento, a pesquisadora Karen Kainer, uma das coordenadoras do projeto, reforçou a visão de que este é um esforço global-local, com impacto não apenas na Amazônia, mas também em agendas internacionais. Sendo assim, o projeto visa compartilhar as soluções

criadas pelos povos amazônicos, conectando experiências e multiplicando caminhos para a conservação e o desenvolvimento territorial sustentável.

Aqui ressaltamos as principais atividades, momentos e conteúdos discutidos pelos participantes e registrados pela equipe da Universidade da Flórida. Esperamos que estas informações possam contribuir ao fortalecimento dos processos de governança e desenvolvimento socioambiental da região.

Boa leitura!

Processo de organização da oficina

Este workshop, assim como os outros quatro workshops temáticos do projeto POC, foi resultado da colaboração entre os líderes temáticos e a equipe da Universidade da Flórida (UF). Os líderes temáticos foram selecionados com vários meses de antecedência devido à sua ampla experiência na Amazônia e no tema específico do workshop. A partir de então, por meio de reuniões semanais, eles e a equipe da UF moldaram o evento: primeiro definindo conjuntamente os objetivos e depois elaborando a lista de participantes, selecionada pela relevância de seus conhecimentos e sua abordagem à ação.

Alguns meses antes do workshop, também foi formada a equipe de facilitação, liderada por duas pessoas: o facilitador da equipe da UF e um facilitador externo de um país amazônico, este último também identificado pela equipe organizadora do workshop. Com os objetivos definidos e os participantes confirmados, essa equipe elaborou a pauta, que foi posteriormente revisada e validada por todo o grupo organizador.



Figura 1 Descrição detalhada do processo de organização das oficinas realizadas no âmbito do projeto "O poder das conexões".

Durante o workshop, a facilitação foi realizada com uma abordagem flexível e participativa, garantindo que cada participante pudesse contribuir de forma significativa para as discussões. Todos os dias, e até mesmo às vezes durante as sessões, a equipe organizadora se reunia brevemente para refletir, avaliar o desenvolvimento do processo e, se necessário, fazer ajustes na agenda ao longo do caminho.

Finalmente, após o workshop, a equipe organizadora trabalhou nos resultados, que foram compartilhados com os participantes para validação em uma reunião virtual. Esse foi um processo iterativo, que foi refinado e fortalecido a cada oficina.

Objetivos da oficina

A oficina teve como objetivo central promover um espaço de diálogo transfronteiriço e intercultural entre lideranças comunitárias, pesquisadores, representantes de ONGs, do setor privado e de instituições públicas de diferentes países pan-amazônicos. A proposta foi fomentar a troca de experiências, a reflexão coletiva e a construção de conexões em torno de dois grandes eixos temáticos: sociobioeconomia e financiamento para a conservação.

Os organizadores destacaram que, embora esses temas tenham ganhado relevância individualmente na Amazônia nos últimos anos, raramente são discutidos de forma articulada. A oficina, portanto, teve como inovação a abordagem integrada desses dois campos, buscando compreender como podem se complementar para fortalecer modelos sustentáveis de desenvolvimento que conciliem conservação e justiça e efetividade socioeconômica.

Foram estabelecidos dois objetivos principais para orientar os trabalhos ao longo da semana:

1. Trocar e disseminar experiências sobre iniciativas inovadoras e bem-sucedidas em sociobioeconomia e financiamento para a conservação na Amazônia;
2. Fortalecer e catalisar redes de colaboração já existentes entre os países amazônicos, estimulando parcerias e projetos conjuntos que ampliem o impacto territorial das experiências discutidas.

Programação

A oficina foi estruturada em torno de quatro eixos progressivos, cada qual com uma temática central:

Dia 1: Conceitos e Definições

O grupo se debruçou sobre o desafio de construir uma definição compartilhada de sociobioeconomia, reconhecendo a diversidade de interpretações e experiências existentes nos diferentes contextos amazônicos.

Dia 2: Estudos de Caso e Entrevistas Cruzadas

Cada participante teve a oportunidade de apresentar, em formato de entrevista, o trabalho que realiza em seus territórios e instituições, promovendo uma escuta atenta e aprendizado mútuo entre setores (comunidades, ONGs, setor privado e academia).

Dia 3: Desafios para o Ganho de Escala

O foco foi refletir sobre o que significa expandir a escala das sociobioeconomias, seja em termos de impacto, abrangência territorial, número de beneficiários ou influência política e quais são os entraves enfrentados nesse processo.

Dia 4: Caminhos Futuros e Propostas Conjuntas

No último dia, os participantes discutiram estratégias para a continuidade da colaboração, identificação de sinergias e propostas que possam ser levadas adiante coletivamente, inclusive nas próximas oficinas do projeto.

Ao longo da oficina, a escuta ativa foi valorizada como metodologia principal, em um ambiente desenhado para ser informal, acolhedor e horizontal, respeitando os diferentes ritmos e idiomas (português, espanhol e inglês). Os organizadores reforçaram a importância de que cada

participante trouxesse e levasse consigo ideias novas, perspectivas enriquecedoras e, sobretudo, potenciais parcerias para ações futuras. Um resumo da programação e dos temas está descrito na Tabela 1. A programação completa e detalhada está no anexo A.

Tabela 1 Resumo da programação completa da oficina 'Sociobioeconomias e Finanças da Conservação'.

Dia 1 – 28 de Maio, 2025 Orientações e Construção de Confiança	
MANHÃ 7:30-8:20 Café da Manhã 8:30 Abertura • Boas-vindas dos Claudio y Suzana Padua ao IPÊ (15 min.) • Boas-vindas de Karen Kainer da UF/Moore – (10 min.) • Apresentação dos facilitadores – Denyse Mello e Jon Dain 09:00 Apresentações pessoais dos participantes 09:30 Boas-vindas dos líderes temáticos Claudio Padua (IPE - Brasil) e Trent Blare (Centro Internacional da Batata – Equador) (10 min) 9:45 Visão geral do projeto e contexto da oficina por Karen Kainer 10:05 Objetivos, agenda e questões orientadoras da oficina 10:50 Definição de termos: “sociobioeconomia” e financiamento da conservação TARDE 12:00 Almoço 14:00 Plenária e apresentação dos grupos 15:50 Discussão plenária sobre elementos comuns nos conceitos de sociobioeconomia e financiamento da conservação 16:45-17:00 Conclusão 19:00 Jantar	
Dia 2 – 29 de Maio, 2025 Explorando desafios: identificando tensões e pontos de alavancagem	
MANHÃ 7:30-8:20 Café da Manhã 8:30 Início • Breve revisão do Dia I e introdução à agenda do Dia II + Questões orientadoras 09:00 Painei: TrentBlare entrevista representantes de ONGs: • Carlos Koury - IDESAM • Paulina Espin – TRIAS Equador 09:40 Painei: Claudio Padua entrevista representantes comunitários • Adevaldo Dias – Memorial Chico Mendes • Ruth Cayapa – Associação Kallari 11:00 Painei: Trent Blare entrevista representantes do setor privado • Andrea Ortiz de Zevallos – Despensa Amazónica • Claudio Padua – Biofílica e IPÊ	

TARDE

12:00 Almoço

13:50 Painel: Claudio Padua entrevista Setor privado/Financiamento da conservação

- Marcelo Cwerner – Amazon Investor Coalition
- Manoel Serrão Bores de Sampaio - FUNBIO

14:55 Painel: Pilar Useche entrevista pesquisadores

- David Solano Cornejo
- Renato Farias

16:05 Análise das entrevistas dos painéis (em grupos): identificando o que funcionou ou não dentre as iniciativas apresentadas

16:40 Plenária: grupos apresentam suas conclusões

17:15 Discussões finais e conclusão

19:00 Jantar

20:00 Confraternização

Dia 3, 30 de Maio, 2025
Abordagens escaláveis, éticas, inclusivas e equitativas

MANHÃ

7:30-8:20 Café da Manhã

8:30 Início

- Revisão do dia anterior e Apresentação da agenda do terceiro dia

08:45 Atividade em grupos: Discussão dos resultados da sessão do dia anterior

09:35 Discussão em plenária

10:40 Painel: Pilar Useche entrevista sobre gênero, equidade, territorialidade e integração

- Mayra Esseboom - Centre for Agricultural Research in Suriname
- Vanda Witoto – Instituto Witoto
- Antonio Loboguerero - Fundación Etnollano

TARDE

12:00 Almoço

13:45 Plenária – Colhendo aprendizados das iniciativas apresentadas nos painéis: desafios/tensões para escalabilidade das sociobioeconomias

15:45 Mapeamento de redes de colaboração, coalizões e parcerias

17:30 Discussões finais e conclusões

19:00 Jantar

Dia 4 – 31 de Maio, 2025
Da inspiração à ação

MANHÃ

7:30-8:20 Café da Manhã

8:30 Início

- Revisão do dia anterior e Apresentação da agenda do quarto dia

09:15 Plenária facilitada: Recursos para escalar e avançar

11:00 Resumo e conclusões

12:25 Encerramento

Participantes e suas origens

A oficina contou com um grupo diverso de 24 participantes que vivem e atuam em questões de sociobiodiversidade e de finanças da conservação na região Amazônica. Os participantes fazem parte de organizações não governamentais (ONGs), universidades, comunidades e do setor privado.

Tabela 2 Lista completa de participantes presentes na oficina 'Sociobioeconomia e Finanças da Conservação'.

Nome	Instituição	País de atuação	Email
Adevaldo Dias da Costa	Memorial Chico Mendes	Brasil	adevaldo13@hotmail.com
Claudio Padua	Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	Brasil	cpadua@ipe.org.br
Andrea Ortiz de Zevallos	Despensa Amazônica	Peru	andrea@despensamazonica.org
Trent Blare	Centro Internacional da Batata - CIP / CGIAR	Equador	trent.blare@cgiar.org
Antonio Loboguerrero	Fundación Etnollano	Colômbia	antonio@fundacionetnollano.org
Carlos Gabriel Koury	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável - Idesam	Brasil	carlosgabriel@idesam.org
Ana Luiza Violato Espada	Universidade da Flórida - UF	Brasil	violatoespada@ufl.edu
David Solano Cornejo	Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas - UPC	Peru	dadadi96@gmail.com
Denyse Mello	Consultora	Brasil	d.mello@cifor-icraf.org
Floriana Breyer	Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	Brasil	floriana.breyer@ipe.org.br
Jonathan Dain	Universidade da Flórida - UF	U.S.	jdain@latam.ufl.edu
Angelica Gouveia	Universidade da Flórida - UF	Brasil	angelica.gouveia@ufl.edu
Manoel Serrão	Fundo Brasileiro da Biodiversidade - FUNBIO	Brasil	manoel.serrao@FUNBIO.org.br
Marcelo Cwener	Amazon Investor Coalition	Brasil	marcelo.cwener@gmail.com

Mayra Esseboom	Centre for Agricultural Research in Suriname - CELOS	Suriname	m.esseboom@gmail.com
Natali Silva	Imaflora/Rising Wildlife Leaders at Wildlife Conservation Network - WCN	Brasil	Natali@imaflora.org
Paulina Espín	Trias ONG	Ecuador	paulina.espin@trias.ngo
Karen Kainer	Universidade da Flórida - UF	U.S.	kkainer@ufl.edu
Renato Farias	TRUST Consultoria	Brasil	renato@consultoriatrust.com
Ruth Cayapa	Asociación Agro Artesal de Producción de Bienes Agrícolas Pecuários y Piscícolas de Napo "Kallari"	Ecuador	presidencia@kallari.com.ec
Suzana Padua	Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ	Brasil	suzana@ipe.org.br
Pilar Useche	Universidade da Flórida - UF	Colômbia	useche@ufl.edu
Vanessa Luna	Universidade da Flórida - UF	Peru	lunacelino.dv@ufl.edu
Vanda Witoto	Instituto Witoto	Brasil	vandawitoto@gmail.com

A rodada de apresentações foi realizada com base em um mapa do bioma Amazônia, no qual cada participante utilizou pequenas notas coloridas para indicar sua origem e área de atuação na Amazônia (Figura 2). A oficina contou com a participação de representantes de todos os países amazônicos, exceto da Bolívia, Venezuela e Guyana.



Figura 2 Origem e área de atuação dos participantes da oficina. As cores indicam os países de atuação: azul, Equador; verde, Colômbia e Suriname; rosa, Peru; e amarelo, Brasil.

Expectativas dos participantes

No início da oficina, os participantes compartilharam suas expectativas em relação ao evento, revelando uma ampla diversidade de interesses e motivações, mas também uma convergência em torno de temas-chave para o fortalecimento da sociobioeconomia na Amazônia.



Figura 3 Participante durante a partilha das expectativas para a oficina.

Um dos principais focos foi a troca de experiências e aprendizado coletivo, com interesse em conhecer boas práticas, erros e inovações em andamento em diferentes territórios amazônicos. Muitos expressaram o desejo de aprender com iniciativas implementadas em outros países, especialmente aquelas que envolvem integração de gênero, juventude e superação de desafios como atividades ilegais, o neoextrativismo e a pressão por monoculturas.

Outro tema recorrente foi a criação e fortalecimento de redes de colaboração entre atores pan-amazônicos. Participantes demonstraram forte interesse em estabelecer parcerias institucionais, promover intercâmbios e ampliar o diálogo. A ideia de construir alianças para projetos transnacionais e fomentar o trabalho em rede esteve presente em diversos depoimentos.

As expectativas também refletiram a necessidade de aprofundar a compreensão conceitual e prática da sociobioeconomia, incluindo sua viabilidade em contextos complexos e sua inserção no sistema econômico formal. Participantes questionaram como tornar esse modelo mais eficaz, inclusivo e conectado a políticas públicas, sistemas de crédito e estratégias de financiamento.

Nesse sentido, o acesso a financiamento e a valorização de produtos da floresta apareceram como temas estratégicos. Os participantes tinham como motivação, entender como projetos de carbono, fundos climáticos e novas formas de investimento podem apoiar a sociobioeconomia, bem como estratégias para agregar valor aos produtos e redesenhar a narrativa de risco associada ao investimento na Amazônia.

Outros pontos destacados pelos participantes incluíram a necessidade de compreensão das travas regulatórias, o compartilhamento de modelos de governança respeitosos às comunidades locais e o fortalecimento institucional em seus próprios territórios. Por fim, emergiu a

preocupação com a inclusão de populações vulneráveis, especialmente em contextos urbanos, o que ampliou o escopo da sociobioeconomia como proposta transformadora e não excludente.

Tabela 3 Categorias das expectativas dos participantes compartilhadas no início da oficina.

Categoria	Temas e Expectativas Relacionadas
1. Troca de Experiências e Aprendizado	Conhecer boas práticas e falhas, aprender com outros países e territórios, acessar ideias inspiradoras, conexão com universidades e pesquisas.
2. Redes e Parcerias Pan-Amazônicas	Criar e fortalecer redes de colaboração, promover intercâmbios, formar alianças para projetos, cooperação entre comunidades e instituições.
3. Fortalecimento da Sociobioeconomia	Discutir e aprofundar o conceito, aplicá-lo a contextos desafiadores (gênero, juventude, violência), evitar monoculturas, pensar inclusão ou transformação sistêmica.
4. Valor Agregado e Cadeias de Valor	Agregar valor aos produtos da floresta, evitar neoextrativismo, conectar cadeias produtivas a mercados, reposicionar o risco de investimento.
5. Financiamento e Economia Formal	Entender como acessar crédito e financiamento climático, integrar a sociobioeconomia à economia formal, acelerar financiamentos e inovação.
6. Políticas e Governança	Compreender travas regulatórias, discutir modelos de escala e impacto, refletir sobre priorizações e transformação sistêmica.
7. Inclusão e Justiça Socioambiental	Incluir populações urbanas e vulneráveis, considerar questões de gênero e juventude, enfrentar economias ilegais por meio da sociobioeconomia.

Definições coletivas

O que entendemos por sociobioeconomia e finanças da conservação?

A oficina teve início com uma atividade de caráter reflexivo e participativo, voltada à construção coletiva de significados em torno de dois conceitos centrais do encontro: sociobioeconomia e finanças da conservação. Os participantes foram convidados, inicialmente, a escrever individualmente o que cada um compreendia por esses termos, tanto a partir de sua perspectiva pessoal quanto da atuação de suas organizações.



Figura 4 Participantes durante momento individual de reflexão sobre a definição dos termos que norteiam a oficina.

A atividade foi guiada por quatro perguntas-guia:

1. O que significa sociobioeconomia para você e para sua organização?
2. O que significam as finanças da conservação para você e para sua organização?
3. Qual sua conexão pessoal com esses tópicos?
4. O que você traz para o workshop para compartilhar com os demais participantes?

Após essa etapa, os participantes se reuniram em pequenos grupos, por país, para compartilhar suas reflexões e construir definições coletivas.



Figura 5 Participantes durante discussão em grupo sobre conceitos de sociobioeconomia.

O grupo formado por participantes do Peru destacou que a sociobioeconomia deve partir do aproveitamento sustentável da natureza, incorporando o respeito à biodiversidade, aos ciclos produtivos e aos conhecimentos locais. Para eles, a superação das brechas produtivas, bem como a conexão justa com os mercados, são componentes essenciais para assegurar a distribuição equitativa dos benefícios oriundos dessa economia.

Já o grupo de participantes do Equador definiu a sociobioeconomia como um sistema de trocas sustentado no uso responsável dos recursos naturais, orientado à geração de renda digna e ao bem-estar das comunidades. A diversidade cultural e a conservação dos ecossistemas foram apontadas como dimensões indissociáveis dessa prática econômica. Quando refletiram sobre finanças da conservação, enfatizaram a importância do reconhecimento econômico dos serviços ecossistêmicos e da necessidade de integrar a tomada de decisões com critérios de equidade. O grupo enfatizou que a sociobioeconomia é uma prática ancestral que agora ganha nome, e sua disseminação exige diálogo com diferentes públicos, dos produtores aos acadêmicos. Segundo o grupo, essa economia já existe e o desafio é dar visibilidade a outras formas possíveis de reconhecimento e financiamento, que não estejam restritas à lógica de consumo do Norte global.

No grupo do Suriname, ressaltaram que a sociobioeconomia deve articular três dimensões fundamentais: a econômica, a social e a biológica. Argumentaram que gerar renda não pode

ser o único objetivo; é preciso garantir responsabilidade social e sustentabilidade. Também refletiram sobre as formas de organização coletiva e sobre como conciliá-las com modos de vida alternativos, como os de produtores de subsistência e comunidades específicas como os menonitas. Em relação às finanças da conservação, defenderam que estas devem estar alinhadas aos valores indígenas e comunitários, de modo que a inserção no mercado não se torne um fator de exploração ou exaustão da vida cotidiana desses grupos.



Figura 6 Participantes durante apresentação das conclusões da discussão em pequenos grupos.

O grupo de participantes da Colômbia afirmou que não existe uma única sociobioeconomia, mas sim múltiplas expressões baseadas na diversidade de princípios, territórios e valores. Para eles, essa economia deve estar a serviço da natureza, não o contrário, e se apresenta como uma alternativa aos modelos convencionais, propondo uma economia da abundância. Destacaram o caráter coletivo e a valorização da partilha, da reciprocidade e da complementaridade. Também enfatizaram que a sociobioeconomia deve promover bem-estar coletivo, autonomia, diálogo intercultural e valorização dos conhecimentos locais e serviços ecossistêmicos. Destacaram que é necessário promover processos de co-inovação que combinem tecnologias ancestrais com inovações modernas, inclusive desafiando os sistemas convencionais de inovação industrial.

Os participantes brasileiros formaram dois grupos. O primeiro grupo definiu a sociobioeconomia como um conjunto de atividades econômicas que fortalece a relação entre o ser humano e a natureza, promovendo a conservação da biodiversidade, o bem-viver e a geração de renda justa. Houve consenso sobre a necessidade de que essas atividades também sejam lucrativas, argumentando que a viabilidade econômica é essencial para garantir investimentos e acesso a mercados. A definição de finanças da conservação, por sua vez, girou em torno da ideia de mecanismos financeiros que devem ser acessíveis, justos e voltados à promoção e proteção da natureza. Participantes sublinharam a importância de considerar os juros e as barreiras de acesso, muitas vezes intransponíveis. Também destacaram que é essencial explicitar quais grupos sociais se busca alcançar com esses financiamentos, pois

omitir tais recortes acaba por manter a exclusão dos mais vulneráveis. A amplitude dos termos também foi discutida, com atenção ao risco de apropriação por setores que contradizem seus princípios, como a soja e a pecuária.



Figura 7 Participantes construindo definições de sociobioeconomia e finanças da conservação.

No segundo grupo do Brasil, a sociobioeconomia foi entendida como parte de um sistema mais amplo – social, ambiental e econômico – orientado ao bem-estar das populações vulneráveis, baseado no uso sustentável dos recursos naturais e com resultados efetivos para a conservação. Destacaram que a bioeconomia deve respeitar os limites do território e reconhecer as economias já existentes, evitando reproduzir lógicas extrativistas ou de exploração. Participantes discutiram os limites reais da sociobioeconomia diante das pressões de sistemas econômicos maiores e das ameaças ambientais e sociais, e propuseram que ela seja compreendida no contexto de um sistema mais complexo e interconectado.

Sobre finanças da conservação, o grupo propôs que se trata de aportes de investimento públicos ou privados, reembolsáveis ou não, que viabilizem ações de conservação e redução das desigualdades. O grupo destacou que é essencial que esses investimentos promovam justiça social, já que muitas vezes quem mais conserva é quem vive em maior pobreza e exclusão. Refletiram sobre os desafios burocráticos que dificultam o acesso a recursos para conservação, comparando com a facilidade de obtenção de investimentos voltados à degradação. Também alertaram sobre a construção simbólica da conservação como algo associado à pobreza, e destacou a importância de valorizar o papel estratégico da sociobioeconomia em momentos de crise, como o abastecimento durante a greve dos caminhoneiros no Brasil.



Figura 8 Participantes durante discussão em pequenos grupos.

As definições apresentadas pelos grupos demonstram a riqueza conceitual e a pluralidade de experiências em torno dos dois eixos centrais da oficina. Ainda que cada grupo tenha elaborado uma compreensão situada e contextualizada, emergem elementos convergentes: a sociobioeconomia é reconhecida como uma prática já existente, baseada em saberes locais, coletividade e uso sustentável dos recursos naturais, enquanto as finanças da conservação são vistas como instrumentos que devem garantir apoio justo, acessível e eficaz às comunidades e iniciativas que promovem a conservação na Amazônia. As reflexões dos participantes apontam, ainda, para a urgência de proteger esses conceitos de usos oportunistas, reafirmando seu compromisso com a equidade, a biodiversidade e a transformação profunda dos modelos econômicos atuais.

Tabela 4 Resumo das definições de sociobioeconomia e finanças para conservação apresentado durante a oficina.

País	Definição Sociobioeconomia	Definição Finanças da Conservação
Peru	Aproveitamento sustentável da natureza com respeito à biodiversidade, ciclos produtivos e conhecimentos locais. Distribuição equitativa dos benefícios e conexão justa com os mercados.	Assegurar que os agentes econômicos tenham recursos financeiros (não reembolsáveis e reembolsáveis) para preservar os serviços ecossistêmicos, a fim de garantir sua existência para as gerações futuras.
Colômbia	Múltiplas expressões baseadas na diversidade de valores e territórios.	Promoção da autonomia, valorização de saberes locais e co-

	Economia da abundância voltada à natureza e ao bem-estar coletivo, com diálogo intercultural.	inovação entre tecnologia ancestral e moderna.
Equador	Sistema de trocas sustentado no uso responsável dos recursos naturais, com foco em renda digna, bem-estar, diversidade cultural e conservação dos ecossistemas.	Reconhecimento econômico dos serviços ecossistêmicos e da necessidade de integrar a tomada de decisões com critérios de equidade.
Suriname	Articulação das dimensões econômica, social e biológica. Geração de renda com responsabilidade social e sustentabilidade, respeitando modos de vida alternativos.	Alinhamento com valores indígenas e comunitários, evitando que o mercado leve à exploração ou exaustão das comunidades.
Brasil 1	Conjunto de atividades econômicas que fortalece a relação entre o ser humano e a natureza, promovendo a conservação da biodiversidade, o bem-viver e a geração de renda justa.	Mecanismos financeiros acessíveis, justos e explícitos quanto aos grupos sociais beneficiados. Cuidado com apropriações indevidas por setores contraditórios.
Brasil 2	Parte de um sistema mais amplo – social, ambiental e econômico – orientado ao bem-estar das populações vulneráveis, baseado no uso sustentável dos recursos naturais e com resultados efetivos para a conservação.	Aportes de investimento – públicos ou privados, reembolsáveis ou não – que viabilizem ações de conservação e redução das desigualdades.

Reflexões Coletivas

Após a apresentação das definições construídas por cada grupo, os participantes se reuniram para uma discussão aberta sobre o que mais lhes chamou atenção nas diferentes contribuições e quais pontos em comum podiam ser identificados. O diálogo revelou a complexidade do tema e a multiplicidade de interpretações em torno da sociobioeconomia e das finanças da conservação, reforçando que esses são conceitos em construção, marcados por disputas, visões de mundo e vivências territoriais.

O grupo destacou que, ao se posicionarem como agentes ativos na formulação do conceito de sociobioeconomia, é essencial que esse processo incorpore as dores históricas de povos explorados por modelos econômicos dominantes. Os participantes reconheceram que toda economia inevitavelmente se relaciona com o mercado, mas que o diferencial reside na capacidade de propor alternativas que evidenciem o que precisa ser transformado, tanto nas relações de poder quanto nos paradigmas produtivos. A sociobioeconomia, nessa perspectiva, deve ir além de soluções técnicas, sendo uma resposta política e ética enraizada em experiências territoriais e históricas.

Os participantes enfatizaram que os paradigmas clássicos de economia (como o capitalismo e o socialismo) pertencem a uma matriz de pensamento ocidental e, por isso, não respondem de forma plena às realidades da Amazônia e de outros territórios de floresta. Nesse contexto, a

sociobioeconomia foi defendida pelos participantes como um resgate de saberes tradicionais e modos de vida ancestrais, que já operavam segundo lógicas integradas de cuidado com o ambiente e justiça social. Trata-se, portanto, de reconhecer e fortalecer sistemas de conhecimento não ocidentais como bases legítimas de construção de uma nova economia.

A discussão avançou para os espaços de negociação internacional, como a Conferência das Partes (COP), que terá sua próxima edição na Amazônia. O coletivo reconheceu a oportunidade simbólica desse evento, mas expressou forte ceticismo quanto à sua efetividade real. Considerou-se que, apesar da visibilidade, esses fóruns frequentemente excluem as vozes mais diretamente envolvidas na defesa dos territórios, especialmente indígenas, mulheres e populações negras. Os participantes reiteraram a necessidade de garantir espaços decisórios para essas vozes e de exigir políticas públicas estruturantes, que sustentem transformações profundas e duradouras.

A oficina também debateu caminhos para fortalecer a capacidade de incidência da sociedade civil. Destacou-se a importância de formar alianças estruturadas, redes de redes e articulações regionais capazes de dialogar com os governos e influenciar agendas de forma direta. A organização da sociedade civil em estruturas permanentes e coordenadas foi apontada como essencial para garantir continuidade e impacto. Também foi defendido o investimento em trabalho de base e no fortalecimento das redes locais como mecanismos para garantir enraizamento e legitimidade das propostas.

Um ponto central da discussão em grupo foi o desafio de ampliar a mobilização em torno da sociobioeconomia. A reflexão dos participantes girou em torno da ideia de tornar esse campo tão visível quanto as narrativas dominantes do agronegócio, que operam com forte investimento em comunicação. Surgiu a provocação: seria possível transformar a conservação e os modos de vida sustentáveis em algo tão “pop” quanto as campanhas midiáticas do agronegócio? A resposta do grupo foi realista: há abundância de conhecimento, mas falta articulação estratégica e lideranças que integrem esforços e comuniquem a proposta com clareza. O grupo sinalizou uma necessidade urgente de coordenação e de planejamento coletivo de longo prazo.



Figura 9 Painel montado com as definições de sociobioeconomia e finanças da conservação apresentados pelos participantes.

O grupo fez uma crítica à atuação das universidades, que muitas vezes acumulam conhecimento sem distribuí-lo de maneira acessível ou engajada. Foi mencionado que, quando há financiamento externo, pesquisadores conseguem contribuir tecnicamente, mas são raras as iniciativas autônomas de compartilhamento com as comunidades e territórios. A construção conceitual da sociobioeconomia, portanto, precisa ser clara, democrática e disponível para os múltiplos atores sociais que a constroem na prática.

Outra preocupação apontada pelos participantes foi o desperdício de recursos e esforços em iniciativas pontuais, sem continuidade. Diversos exemplos de projetos interrompidos, com estruturas abandonadas e impactos pouco sustentáveis foram lembrados, caracterizando o que foi chamado de “cemitérios de projetos”. Essa dinâmica foi entendida como resultado da falta de articulação entre as agendas, da escassez de financiamento perene e da ausência de uma estratégia integrada.

Apesar das dificuldades identificadas, o grupo terminou a rodada com uma perspectiva construtiva. Reconheceu-se que a oficina representou um momento potente de escuta, troca e construção conjunta de ideias. A articulação gerada entre os participantes, os aprendizados compartilhados e a clareza sobre os desafios formam uma base sólida para ações futuras. Dividir responsabilidades, coordenar estratégias e fortalecer a confiança mútua foram apontados como caminhos viáveis e necessários para alcançar transformações reais e sustentáveis.

Explorando as sociobioeconomias e finanças para conservação a partir de múltiplas perspectivas

O segundo dia da oficina foi dedicado a um conjunto de entrevistas temáticas. O objetivo era aprofundar o entendimento coletivo sobre as sociobioeconomias amazônicas e as finanças para conservação, a partir de perspectivas diversas – ONGs, comunidades e setor privado – e promover conexões entre esses campos.

Foram realizadas cinco rodadas de entrevistas, divididas ao longo do dia, guiadas por três eixos principais:

1. Sociobioeconomias, a partir do tipo de organização (ONGs, comunidades, setor privado)
2. Finanças para conservação
3. Conexões entre sociobioeconomias e finanças para conservação

A primeira rodada de entrevistas do evento abordou a temática das sociobioeconomias sob o olhar de organizações não-governamentais (ONGs). Durante a entrevista conduzida por Trent Blare, representante do Equador pela organização International Potato Center (CIP/CGIAR), representantes de duas ONGs com forte atuação em sociobioeconomia — Paulina Espin, da TRIAS-Ecuador, e Carlos Koury, do IDESAM (Brasil) — compartilharam experiências, aprendizados e visões de futuro a partir de suas atuações na Amazônia e nos Andes. O objetivo foi aprofundar o entendimento sobre como essas organizações promovem cadeias de valor sustentáveis, inclusivas e adaptadas ao contexto socioambiental em que atuam, com especial atenção à juventude, às mulheres, à inovação e escala de impacto.

A segunda rodada trouxe a perspectiva comunitária. Adevaldo Dias, presidente do Memorial Chico Mendes e Conselheiro da ASPROC (Brasil) e Ruth Cayapa, Presidente da Organização Kallari (Equador) trouxeram a fala dos que estão diretamente nos territórios, manejando os recursos e enfrentando os impactos diários da conservação e da produção. Adevaldo compartilhou a experiência da ASPROC na Amazônia brasileira, e Ruth trouxe a vivência da Kallari, uma cooperativa indígena Kichwa do Equador que opera com produção de cacau de forma comunitária e sustentável.

A terceira rodada de entrevista contou com Andrea Ortiz, Diretora da Despensa Amazônica (Peru) e Claudio Padua, coordenador de Sociobioeconomia do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ/Brasil). Esta rodada trouxe um olhar de quem atua na intersecção entre mercados sustentáveis e conhecimento técnico-científico. Andrea compartilhou como a Despensa Amazônica promove o acesso de produtos amazônicos ao mercado urbano e internacional, a partir da valorização da diversidade biocultural. Claudio apresentou a trajetória do IPÊ, suas contribuições metodológicas e políticas para a sociobioeconomia, destacando a importância de redes colaborativas e formação de lideranças locais.

A quarta rodada de entrevistas teve como tema as finanças para conservação. E Claudio Padua entrevistou Manoel Serrão, brasileiro, superintendente do FUNBIO-Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, e Marcelo Cwerner, brasileiro, Chefe de Fluxo de Capital na Amazon Investor Coalition. Manoel apresentou o trabalho do FUNBIO como um fundo de fomento ambiental que busca preencher lacunas de financiamento para a biodiversidade, destacando os desafios de alinhar fluxos financeiros com impactos duradouros e escaláveis nos territórios. Marcelo abordou o papel da Amazon Investor Coalition na articulação entre investidores e projetos sustentáveis na região amazônica.

A quinta e última rodada de entrevistas veio com a discussão sobre o que conecta as sociobioeconomias com as finanças para conservação. Neste painel, tivemos David Solano,

atualmente pesquisador da Universidade Peruana de Ciências Aplicadas (Peru) e Renato Farias, diretor da Trust Consultoria (Brasil). Essa última entrevista trouxe uma visão mais sistêmica. David refletiu sobre os pontos de convergência entre práticas comunitárias e instrumentos financeiros, afirmando que é necessário criar um campo comum de linguagem e objetivos entre esses dois mundos. Renato enfatizou que é preciso construir pontes entre as finanças e os valores que movem as comunidades. Chamou atenção para o papel das consultorias em apoiar lideranças comunitárias na estruturação de seus projetos para torná-los investíveis, sem descaracterizar seus princípios.

Sociobioeconomias discutida pela perspectiva de organizações não-governamentais



Figura 10 Moderador e entrevistados da primeira plenária de entrevistas.

Entrevistados: Paulina Espin (TRIAS/Equador) e Carlos Koury (IDESAM/Brasil)

Paulina Espin iniciou compartilhando que, embora o termo "sociobioeconomia" seja recente em termos de nomenclatura, as práticas que o compõem já vêm sendo implementadas há anos. A organização TRIAS trabalha principalmente com a cadeia do cacau, promovendo agricultura inclusiva e resiliente às mudanças climáticas.

Um ponto essencial da atuação da organização é a inclusão de jovens e mulheres no setor agrícola, por meio de uma metodologia específica voltada a gênero e juventude, que parte de diagnósticos territoriais e culmina em planos de ação para capacitação e profissionalização desses grupos.

Ela explicou que jovens e mulheres enfrentam obstáculos específicos, como falta de acesso a terras ou a financiamento, e que, por isso, o trabalho envolve desde a formação em liderança e marketing até o incentivo ao empreendedorismo na cadeia de valor. Como resultado, surgiram grupos de jovens especializados em serviços agrícolas (como o controle fitossanitário) e grupos de mulheres que desenvolveram negócios na gastronomia, fornecendo alimentos a turistas e trabalhadores.

A organização atua com associações de produtores, que são consideradas sócias da TRIAS, e seu papel é fortalecer essas organizações para que se tornem mais autônomas e resilientes, tanto econômica quanto institucionalmente. Isso inclui desde a melhoria da governança, desenvolvimento de empreendimentos próprios até o suporte na comercialização e negociação por preços justos.



Figura 11 Participante durante apresentação no painel com representantes de ONGs.

Carlos Koury descreveu a trajetória do IDESAM, que em 2024 completou 20 anos de atuação. Ele dividiu essa trajetória em três fases:

1. Fase piloto – desenvolvimento de arranjos locais para mostrar a viabilidade de modelos alternativos de sociobioeconomia e influenciar políticas públicas.
2. Fase de concretização – transformação de experiências pilotos em projetos estruturados, com foco em inclusão comunitária e replicabilidade, priorizando arranjos territoriais inclusivos.
3. Fase de expansão e escalonamento – consolidação de negócios sustentáveis em cadeias produtivas da Amazônia, como café agroflorestal e óleos vegetais, articulando também uma agenda de inovação e aceleração de negócios.

O foco do IDESAM é impulsionar negócios sustentáveis com ativos da floresta e base comunitária. Um dos exemplos mais emblemáticos apresentados por Carlos Koury foi o processo de desenvolvimento do café em sistema agroflorestal. Inicialmente, a produção de café foi usada como estratégia para recuperação de áreas degradadas, promovendo ganhos tanto ambientais quanto econômicos. O modelo consistia em implantar sistemas agroflorestais com espécies nativas e produtivas, sendo o café o carro-chefe. Esse modelo evoluiu para a produção de café orgânico e, posteriormente, café orgânico premium, atendendo aos mercados mais exigentes e de maior valor agregado.

Esse processo envolveu:

- Capacitação de produtores para adoção de técnicas agroecológicas.
- Apoio técnico contínuo por parte do IDESAM.
- Criação de infraestrutura mínima para secagem e processamento.
- Estratégias de certificação e posicionamento de marca.
- Parcerias com compradores conscientes, interessados em cadeias sustentáveis.

Outro destaque foi a Inatu, marca de óleos vegetais da Amazônia, um modelo coletivo de marca e comercialização. Inicialmente, as comunidades envolvidas disputavam espaço de mercado entre si. Com apoio do IDESAM, foi criada uma marca única, Inatu, que consolidou os produtores sob uma identidade comum, permitindo padronização de qualidade, aumento do volume ofertado, maior visibilidade e negociação com melhores condições de mercado. A Inatu atua com:

- Extração de óleos vegetais como andiroba, copaíba e pracaxi.
- Laboratórios compartilhados para extração e beneficiamento.
- Estratégias coletivas de comercialização.
- Participação em feiras e plataformas digitais.
- Assistência técnica e certificações para entrada em nichos de mercado.

Segundo Carlos, esse tipo de arranjo horizontal e multilateral (horizontalização da escala), em que vários atores participam da produção e ofertam serviços (do produtor ao beneficiador, passando por designers de produto e canais de venda), tem sido mais eficaz que modelos verticalizados centrados num único ator. Segundo ele, *“a diversificação traz mais resultado do que a verticalização”*. Instrumentos como espaços compartilhados de produção e veículos de aceleração são peças-chave nesse processo. Por exemplo, em um negócio de açaí, além do produtor, entram em cena quem fabrica equipamentos, quem processa, quem transporta, quem certifica, e assim por diante. Essa diversificação de atores e funções fortalece a economia local, cria mais oportunidades e torna os sistemas mais resilientes.

Durante a entrevista, Carlos Koury destacou que, na agenda de inovação dentro da sociobioeconomia, o foco do IDESAM tem sido identificar soluções técnicas ou processos produtivos já desenvolvidos, mas que ainda não conseguiram alcançar o mercado. Um exemplo citado foi a criação de uma máquina para colher açaí, que pode tirar o produtor da condição de alto risco físico. A tecnologia já havia sido pesquisada por instituições de ciência e tecnologia, mas o modelo de negócio ainda não existia. Um estudante de Roraima desenvolveu um protótipo funcional, e o IDESAM atuou na materialização do projeto e no apoio à entrada no mercado.

Outra variável crucial apontada foi o ambiente jurídico e institucional dos territórios. Os casos bem-sucedidos mapeados pelo IDESAM são, invariavelmente, em áreas com segurança jurídica, ordenamento territorial claro e capacidade de licenciamento. São territórios que já possuem planejamento compatível com o uso sustentável, além de políticas públicas existentes e operacionalizadas.

Carlos alertou para a necessidade de não reinventar a roda: muitos instrumentos (como crédito rural, assistência técnica, políticas públicas) já existem, mas não chegam às comunidades por falhas de implementação, ausência de agentes de mediação e distanciamento entre desenho da política e a realidade no campo.

É nessa arquitetura de rede, com veículos de aceleração de negócios, espaços de produção compartilhados e marcos regulatórios favoráveis, que ele vê o caminho mais promissor para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Financiamento e Sustentabilidade Econômica

Sobre financiamento, os entrevistados apresentaram modelos distintos, mas convergentes na busca por sustentabilidade e autonomia local. Paulina explicou que o modelo da TRIAS é baseado em cooperação com organizações de produtores consideradas como sócias do processo de desenvolvimento. O financiamento vem de projetos com foco em conservação e inclusão (gênero e juventude), financiados por agências governamentais e doadores europeus. Um diferencial é o investimento contínuo na formação de dirigentes e técnicos para negociação de preços justos e certificações, o que melhora o retorno financeiro.



Figura 12 Participantes durante apresentação no painel com representantes de ONGs.

Paulina relatou que o cacau está entre 70% a 80% do ponto de equilíbrio econômico, após cerca de 6 a 7 anos de apoio às associações. Os avanços incluem fortalecimento da governança e serviços aos associados. No entanto, novos desafios surgem, como a regulamentação europeia que exige a formalização de produtos informais.

No IDESAM, o financiamento começou com filantropia e hoje caminha para o modelo de *blended finance*, ou financiamento híbrido. Isso inclui capital filantrópico (para corrigir assimetrias iniciais), capital de giro e instrumentos de inovação e aceleração com retorno social.

Um destaque importante é o uso de recursos oriundos da obrigação legal de empresas da Zona Franca de Manaus investirem em P&D: antes concentrados em suas próprias estruturas, agora esses recursos estão sendo descentralizados com a ajuda do IDESAM.

O IDESAM criou um edital público e passou a redistribuir esses recursos para pequenos negócios, beneficiando 80 iniciativas até o momento. Além disso, atuam hoje com duas aceleradoras — ImpactBank e ForestFee — que oferecem microinvestimentos com retorno para investidores, um modelo promissor de fintechs com impacto.

Carlos também ressaltou a preocupação em respeitar a diversidade de atores amazônicos: o IDESAM criou uma chamada específica de PD&I para apoiar o empreendedorismo indígena, especialmente de indígenas com mestrado e doutorado, promovendo a aplicação dos seus conhecimentos em prol dos seus próprios territórios.

Desafios e Estratégias para Superação

Os principais desafios enfrentados pelas iniciativas da TRIAS envolvem:

- A instabilidade de preços dos produtos;
- A dificuldade de inclusão real de jovens, muitos sem acesso à terra ou crédito;
- Os impactos das mudanças climáticas, que introduzem novas pragas e obrigam os agricultores a replanejar cultivos frequentemente.

Ela ressalta que envolver jovens desde cedo é fundamental, e o apoio técnico e financeiro deve ser pensado considerando suas realidades.

Carlos apontou que “tudo é difícil” e que mesmo soluções como agroflorestas não estão imunes aos efeitos climáticos, o clima pode mudar abruptamente e comprometer toda a produção. A escalabilidade das iniciativas muitas vezes esbarra na ausência de infraestrutura, crédito e políticas públicas efetivas. No entanto, destacou como esperança a força das comunidades, o interesse crescente da academia e a atuação de pessoas dispostas a fazer a diferença.

Perguntas e Respostas

Durante a sessão, a oficina ganhou um tom de reconhecimento e provocação reflexiva, destacando tanto os desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil quanto os caminhos possíveis para fortalecer a sociobioeconomia amazônica. A conversa se iniciou com um gesto de valorização aos presentes, ao reconhecer o trabalho cotidiano realizado em contextos adversos, com poucos recursos e exigência de acertos constantes, diferente da margem de erro tolerada no setor privado.

As trocas aprofundaram-se com questões práticas sobre os modelos de organização comunitária e associativa. Foi compartilhado como algumas organizações atuam no fortalecimento de cooperativas e associações já existentes, fornecendo instrumentos para análise de risco e melhoria de processos internos. Nessas experiências, os pagamentos aos produtores são definidos com base nos custos reais de produção, somados a prêmios justos que retornam às próprias estruturas organizativas, fortalecendo a autonomia e a sustentabilidade local.

As reflexões também se voltaram para o futuro. A oficina projetou, em um exercício de imaginação coletiva, o que se espera das economias amazônicas daqui a cinquenta anos. A

visão emergente foi a de uma economia enraizada na floresta, onde os instrumentos financeiros teriam como garantia os ativos florestais, e o valor agregado dos produtos aconteceria dentro da própria Amazônia. Uma crítica recorrente foi ao atual modelo em que o processamento de produtos, como o açaí, é feito majoritariamente fora da região, resultando em perda de valor e oportunidades locais. Esse debate reforçou a noção de que mudar a lógica de consumo e extrativismo é um passo fundamental para reverter o atual modelo destrutivo. Pequenas ações coletivas, orientadas por essa visão, foram apontadas como o caminho para construir essa transformação de forma incremental e sustentável.

A discussão avançou para uma análise crítica sobre o domínio do sistema produtivo. Um ponto de consenso foi de que ainda há muito a ser compreendido. A aprendizagem é contínua e os problemas evoluem junto com o amadurecimento das cadeias produtivas. Ainda não se alcançou o grau de ousadia necessário para destravar todo o potencial dessas cadeias, tanto em termos de recursos financeiros quanto de estratégias coordenadas de desenvolvimento. Em vez de uma estruturação ambiciosa das cadeias produtivas, muitas iniciativas têm se moldado à limitação dos financiamentos disponíveis, o que freia a escalada a patamares mais avançados.

Outro eixo de debate importante foi a desconexão entre campo e cidade. A oficina discutiu os desafios de engajar o público urbano, que concentra a maior parte dos consumidores e detém o poder de escolha no mercado. Foram compartilhadas experiências como as "férias rurais" e visitas organizadas a comunidades, além de estratégias de certificação que aproximam consumidores dos valores da agroecologia e da produção sustentável. Essas ações buscam traduzir, para o público urbano, os impactos positivos dos modos de vida e de produção sustentáveis nas florestas.

Também foi abordada a importância das parcerias com empresas e plataformas digitais. Algumas experiências bem-sucedidas incluem a colaboração com marcas e empresas que valorizam a sociobioeconomia, bem como festivais e eventos que conectam produtores, investidores e pesquisadores (a exemplo do Fiinsa). Outro exemplo citado foi a utilização de marketplaces com seções dedicadas a produtos de impacto positivo, o que tem proporcionado condições logísticas e visibilidade ampliada para os produtores amazônicos.

A primeira rodada de entrevistas trouxe à tona práticas concretas, lições aprendidas e a complexidade do fazer sociobioeconomia no território. As experiências da TRIAS e do IDESAM reforçam a importância de:

- Modelos inclusivos e adaptados aos contextos locais;
- Financiamento inteligente e diversificado;
- Conexão com consumidores urbanos e políticas públicas coerentes;
- E sobretudo, resiliência e esperança no coletivo.

Como disse Paulina, citando Galeano: *“Pessoas pequenas fazendo coisas pequenas em lugares pequenos podem mudar o mundo.”*

Sociobioeconomias sob a perspectiva das comunidades

A segunda rodada de entrevistas foi dedicada às experiências comunitárias na sociobioeconomia. A entrevista, conduzida por Claudio Padua, buscou entender a jornada das organizações comunitárias no fortalecimento das sociobioeconomias locais, sua articulação

com os mercados, a construção de arranjos comerciais sustentáveis, e o elo essencial entre conservação e geração de renda.

Adevaldo Dias, do Memorial Chico Mendes e conselheiro da ASPROC (Associação dos Produtores Rurais de Carauari), compartilhou a trajetória de mais de três décadas da organização amazônica. Já Ruth Cayapa, presidente da organização Kallari, no Equador, apresentou um percurso de 20 anos de organização comunitária voltada para o fortalecimento da cadeia do cacau de qualidade, que hoje produz chocolates com reconhecimento nacional e internacional.

Experiência da ASPROC

Adevaldo iniciou seu relato lembrando as origens da ASPROC, organização com mais de 30 anos de atuação em Carauari, município no interior do Amazonas, a sete dias de barco da capital. A ASPROC nasceu como resposta a uma crise estrutural: o colapso da economia da borracha e a necessidade de sobrevivência das populações locais, que passaram a migrar para práticas de agricultura familiar em um contexto de extremo isolamento e desigualdade.

A virada começou com a educação popular promovida pela igreja católica, inspirada no método Paulo Freire. Segundo Adevaldo, esse processo de conscientização levou os moradores a entenderem a exploração que sofriam pelos "donos dos territórios", o que desencadeou uma mobilização por autonomia e organização territorial. A ASPROC passou a atuar de forma ampla, desde a articulação política para criação de territórios até a implementação de manejos produtivos sustentáveis.

A mobilização para criar alternativas próprias resultou na criação da primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federal do Amazonas e de uma Reserva Extrativista (RESEX). Dentro desse novo marco institucional, desenvolveu-se o manejo comunitário do pirarucu.



Figura 13 Participante durante apresentação no painel com representantes de comunidades.

Adevaldo explicou que, por ser uma espécie com forte controle pesqueiro, só pode ser explorada em terras indígenas, reservas de desenvolvimento sustentável e áreas com acordos de pesca. Assim, as comunidades iniciaram um monitoramento rigoroso dos estoques e, com autorização do IBAMA, passaram a manejar até 30% dos adultos, mantendo a conservação como pilar central da produção.

Ao invés de vender o peixe fresco, como era feito antes, passaram a processá-lo, congelá-lo e agregar valor. Adevaldo apontou que o sucesso da ASPROC decorre de três pilares: organização comunitária forte, capacidade de agregar valor ao produto e incidência política estratégica. Um caso marcante foi a transformação de um calote de um atravessador em oportunidade: um empresário que não pagou por uma carga de pirarucu levou a ASPROC a exigir compensação na forma de serviços: o frigorífico do devedor passou a processar o pescado da comunidade. O frigorífico passou a prestar serviços de beneficiamento, congelando e devolvendo o peixe já processado.

Essa nova apresentação do produto abriu portas para vendas em mercados mais exigentes e distantes, conquistou mercados no Sudeste, Centro-Oeste e até exportou para a Ásia. A associação passou a ter capital de giro, e este arranjo permitiu um aumento de 50% na remuneração dos manejadores comparado ao mercado convencional.

Segundo Adevaldo, o impacto da entrada da ASPROC no mercado do pirarucu foi direto: o preço pago ao pescador subiu de R\$ 6 para R\$ 10, um aumento motivado não apenas pela organização logística, mas pelo reconhecimento da qualidade e do esforço de conservação. A ASPROC hoje apoia sete outras organizações comunitárias, replicando esse modelo.

Experiência da Kallari

Ruth, por sua vez, narrou a história da organização Kallari, nascida no início dos anos 2000 a partir da chegada de uma voluntária internacional em uma comunidade próxima a uma reserva no Equador. Inicialmente envolvidas com artesanato a partir de sementes locais, as mulheres da comunidade enfrentaram dificuldades para acessar mercados fora da comunidade. Com o tempo, surgiu a oportunidade de agregar valor à produção local por meio do cacau.

Dez comunidades se uniram para organizar a cadeia do cacau, envolvendo entre 50 e 60 produtores, *“fortalecendo o que já existia e buscando assistência técnica para avançar”*. A organização estruturou uma cadeia baseada no fortalecimento comunitário, assistência técnica, armazenamento coletivo e processamento local.

Com o aumento da qualidade do cacau e da aceitação do produto, veio a vontade de ir além. O avanço da organização culminou na produção de chocolates de alta qualidade, com reconhecimento nacional e internacional. *“Temos 13 sabores de chocolate com aceitação nacional e até exportação. A fábrica produz, mas somos nós que temos as receitas e ganhamos por isso.”*



Figura 14 Participante apresentando produto produzido pela sua associação.

Ruth destacou que, para além da produção, o sistema de cultivo, conhecido como “sistema chakra”, típico dos povos quéchuas, é um modelo agroflorestal ancestral, onde convivem o cacau, espécies alimentares como banana e macaxeira, e o conhecimento ancestral. *“A Chakra é uma escola viva para nossos filhos. É onde ensinamos a conservar, a cuidar da terra, a respeitar a floresta.”*

Os Desafios e as Estratégias

Adevaldo falou sobre o isolamento geográfico, os baixos preços praticados nos mercados locais e a corrupção nos processos públicos de compra, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). *“Para entrar na lista de compras, pediam propina. A corrupção é muito grande”*, lamentou. Com o suporte de um projeto apoiado pelo Serviço Florestal Americano, investiram em marketing e fortaleceram canais de venda alternativos para competir com a ilegalidade do mercado local e passaram a vender para o Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e já exportaram para a Ásia.

Ruth reforçou a importância da diversificação da produção e das fontes de renda, com comercialização local de outros produtos nos períodos entre as colheitas do cacau. O sistema *chacra*, com *“cerca de 500 plantas associadas como outras espécies”* permite produzir alternativas de comercialização e consumo próprio para que as famílias tenham ingresso permanente no comércio local.

Perguntas e Respostas

Um dos principais temas discutidos foi o posicionamento de mercado e a construção de valor percebido nos produtos oriundos de cadeias sociobioeconômicas. A discussão girou em torno do desafio de aliar conservação e competitividade de mercado, especialmente no contexto de produtos tradicionais e de base comunitária.

A provocação inicial veio com a questão de como construir um diferencial claro e comunicável ao consumidor, de forma a aumentar o valor percebido dos produtos. A reflexão coletiva reconheceu que, para além da qualidade intrínseca dos produtos, é necessário investir em marketing, rastreabilidade e transparência. Um exemplo prático trazido à oficina destacou a importância de desenvolver ferramentas de comunicação localizadas: uma comunidade investiu na criação de uma página na internet e na capacitação de uma pessoa da própria região para cuidar da comunicação institucional, fortalecendo o vínculo entre a origem e o consumidor. Esse esforço busca mostrar como os produtos são feitos e quais valores os sustentam, como a justiça, o trabalho coletivo, a conservação ambiental e o respeito à cultura local.

A conversa também trouxe à tona uma tensão central: o custo real da conservação raramente é reconhecido no preço final. Foi exposto que, em algumas cadeias produtivas, até 40% do custo do produto está diretamente relacionado à preservação ambiental devido às atividades de monitoramento, vigilância e proteção dos ecossistemas.

No entanto, esse esforço comunitário de conservação não costuma ser remunerado de forma justa. Mesmo quando o consumidor reconhece valor agregado, existe um teto de preço socialmente aceitável, o que limita a internalização desses custos. A reflexão feita na oficina destacou o paradoxo entre a valoração simbólica e o pagamento efetivo, e apontou que se as comunidades fossem remuneradas da mesma forma que o Estado gasta para proteger uma unidade de conservação, haveria menos necessidade de explorar recursos como o pirarucu. De acordo com um dos participantes: *“Se a comunidade fosse remunerada o mesmo que o serviço público gasta para proteger uma unidade de conservação, a gente não precisaria nem pegar pirarucu”*.

A discussão evoluiu para fontes de financiamento e apoio institucional. Foram compartilhadas experiências de acesso a recursos vindos da cooperação técnica internacional e nacional, incluindo agências como FAO, GIZ, TRIAS e Fundação Pachamama. Foi ressaltado que, mesmo quando há divergências internas sobre aceitar esse tipo de apoio, a governança coletiva

das organizações define as prioridades, e os fundos são direcionados ao fortalecimento produtivo e à sustentabilidade econômica.

Também foi discutido o reconhecimento legal e simbólico de sistemas de produção sustentáveis. Um exemplo concreto demonstrou como iniciativas vêm buscando certificações que validem, inclusive para mercados internacionais, que suas cadeias produtivas conservam as florestas e agregam valor socioambiental. Essas certificações são vistas como ferramentas estratégicas para abrir mercados e legitimar o trabalho das comunidades perante o público consumidor urbano, nacional e internacional.

As experiências compartilhadas por Adevaldo e Ruth demonstram a complexidade e a força das iniciativas comunitárias no contexto das sociobioeconomias. Ambas demonstraram como a organização local, aliada a estratégias bem planejadas de manejo sustentável e inserção em mercados diferenciados, pode gerar impactos significativos em territórios isolados e frequentemente negligenciados.

Ambos os casos enfrentam desafios persistentes, como acesso a mercados, infraestrutura precária, custos elevados de conservação e, em alguns casos, práticas institucionais desiguais. No entanto, suas respostas foram construídas de forma estratégica: por meio de alianças com diferentes parceiros, profissionalização da produção, e desenvolvimento de redes de comercialização baseadas na transparência e na rastreabilidade.

Essas experiências reforçam que soluções de base comunitária podem ser robustas e adaptáveis, especialmente quando há reconhecimento do papel central das populações locais na gestão de seus territórios

Práticas e Desafios na Construção da Sociobioeconomia Amazônica

Nesta rodada de entrevistas, conduzida por Trent Blare, os convidados compartilharam, em detalhes, experiências concretas, visões estratégicas e reflexões críticas sobre a construção de iniciativas ligadas à sociobioeconomia na Amazônia. O diálogo entre Andrea Ortiz, diretora da Despensa Amazônica (Peru) e Cláudio Padua, diretor de Sociobioeconomia do IPÊ (Brasil) evidenciou as nuances operacionais, os desafios estruturais e os tensionamentos entre inovação de base comunitária e dinâmicas do mercado tradicional. As falas destacaram o papel das cadeias produtivas sustentáveis, a centralidade da biodiversidade como ativo de desenvolvimento e a importância da inclusão social, especialmente de mulheres, no processo produtivo.

Iniciativas e Contexto

Andrea Ortiz iniciou seu relato contando como tudo começou a partir de uma parceria com um amigo de infância, um chef com passagem por Nova Iorque e Itália. Após experiências internacionais, ele retornou ao Peru e se deparou com o fato de que a alta gastronomia do país era profundamente influenciada por tradições europeias. Ao visitar mercados em Iquitos e Loreto, descobriu uma ampla diversidade de produtos amazônicos subutilizados pela gastronomia nacional. A partir daí, começou uma imersão de anos em pesquisa universitária, buscando conhecer melhor essa diversidade de produtos não valorizados nos restaurantes de alto padrão.



Figura 15 Participante durante painel com representantes do setor privado.

Foi nesse contexto que Andrea, com experiência em gestão empresarial, entrou para ajudá-lo inicialmente a estruturar uma palestra acadêmica. O trabalho conjunto evoluiu para algo maior: uma proposta concreta de estruturar uma cadeia de valor que viabilizasse o uso sustentável desses produtos amazônicos na gastronomia. A grande dificuldade, explicou ela, era garantir segurança alimentar, regularidade na oferta e sustentabilidade. “*A cadeia era muito complexa, os frigoríficos eram insuficientes, e a qualidade e a padronização variavam muito*”, afirmou. Começaram a resolver intuitivamente os gargalos logísticos e estruturais, desenvolvendo uma metodologia baseada em pesquisa para identificar produtos com potencial gastronômico em cada comunidade. Identificaram lacunas, como falta de capacitação, infraestrutura e logística, e começaram a saná-las para conectar comunidades ao mercado.

Essa abordagem envolvia três frentes: organização da produção, logística de transporte e estratégias de marketing. No início, o restaurante do chef comprava quase toda a produção. Depois, ampliaram os canais de comercialização, inclusive por necessidade durante a pandemia.

Além do restaurante, dois projetos se destacaram: um com o pirarucu, no qual trabalharam agregando valor com cortes específicos, hambúrgueres e nuggets; e outro com a promoção e comercialização de produtos locais com potencial gastronômico. A iniciativa passou a organizar todo o processo, desde a pesquisa de ingredientes em campo, até capacitações, infraestrutura (como frigoríficos), marketing e branding.

Cláudio Padua, por sua vez, trouxe uma reflexão conceitual. Falou sobre dois artigos do MIT que comparavam o desenvolvimento econômico a um jogo de LEGO, onde é preciso combinar peças já existentes para criar algo novo. “*A nossa grande caixa de LEGO é a biodiversidade amazônica*”, afirmou. No entanto, essa “caixa” está trancada, e só é aberta eventualmente. E a chave para abri-la é o conhecimento. Cláudio defendeu que a combinação entre pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo é essencial para criar soluções baseadas na natureza.



Figura 16 Participante durante painel com representantes do setor privado.

A partir dessa visão, Cláudio tem articulado uma rede de empreendedores amazônicos por meio do IPÊ, oferecendo ferramentas como marketing, branding e acesso a mercados. Para ele, a confiança dentro da comunidade é um capital fundamental para viabilizar mudanças reais. Segundo Cláudio, *“não falta empreendedor na Amazônia. O que falta são as ferramentas e o ecossistema necessário para eles prosperarem”*. Ele enfatizou o papel da confiança dentro das comunidades, algo que só é conquistado pela participação genuína nos processos locais.

Inclusão e Transformações Locais

Andrea relatou uma situação ilustrativa sobre gênero e poder: ao instalar uma fábrica de gelo para garantir a conservação do pescado, perceberam que toda a economia local era dominada por homens. Propuseram então que a fábrica fosse gerida por mulheres da comunidade. *“No início, os homens aceitaram. Mas agora querem de volta o terreno onde a fábrica está localizada”*, contou. Os homens não gostaram da independência econômica das mulheres. Isso gerou conflitos, e a equipe está buscando soluções negociadas.

Andrea relatou também o desenvolvimento de um caviar de *carachama* (espécie de bagre amazônico), acompanhado de pesquisa gastronômica, prototipagem e branding. Ela enfatizou que o trabalho exige atuar em três pontos: viabilizar a produção, resolver a logística e construir a comunicação do produto.

Além disso, apontou que há um enorme vácuo regulatório no Peru. A legislação pesqueira contempla apenas a pesca marítima, e as autoridades de Lima, distantes da realidade amazônica, não reconhecem as especificidades locais. *“Estamos tentando efetivar mudanças*

regulatórias. Cada produto traz uma novidade, mas as exigências sanitárias são pensadas para grandes cadeias do mar, não para a produção fluvial artesanal.”

Greenwashing e Captura de Valor

Claudio Padua alertou sobre os riscos de captura das agendas ambientais pelas grandes corporações. Segundo ele, há uma tendência de as empresas se apropriarem de narrativas sustentáveis sem alterar efetivamente suas práticas. Ele defende que é preciso criar mecanismos para separar práticas legítimas de *greenwashing*.

Claudio também compartilhou sua trajetória como empreendedor em série, buscando criar empresas que, além de lucro, gerem impacto positivo. *“Não tem fórmula mágica para mudar comportamento, mas dinheiro muda comportamento. Se você ganha mais fazendo certo, você muda.”* Mas para ele, existe o receio de que mesmo experiências espetaculares não sejam significativas para que negócios menos danosos ao meio ambiente possam crescer e competir com a economia da soja, por exemplo.

Andrea complementou essa ideia dizendo que as empresas tradicionais e as de sociobioeconomia podem e devem coexistir. Ela ressaltou que as empresas tradicionais têm um *"bottom-line"* muito definido, ou seja, uma lógica de lucro que dificilmente será abandonada. Mas isso não significa que devam ser descartadas ou combatidas. Pelo contrário, defendeu o engajamento com essas empresas, não como adversárias, mas como aliadas estratégicas, seja como compradoras, seja como parceiras em processos de consultoria.

A atuação junto ao setor corporativo, segundo ela, exige um tipo de trabalho pedagógico: *“É importante catequizar dentro dessas empresas”*. A escolha do termo não é fortuita: trata-se de levar novos critérios, valores e visões de mundo para ambientes que ainda funcionam com outras lógicas. Há, segundo Andrea, disposição para escuta dentro das grandes corporações, ainda que os pontos de partida sejam diferentes.

Ela defendeu, assim, uma abordagem não-dicotômica: *“É preciso transformar a lógica, não como extremos. É preciso coordenar dentro da lógica já existente para gerar mudanças reais.”* Para Andrea, a transformação precisa ser orgânica, construída a partir do que já existe, mesmo que isso exija adaptações. E arremata com uma advertência lúcida: *“É ingênuo achar que a sociobioeconomia vai ser a dona do capitalismo.”*

Claudio Padua complementou com uma visão pragmática e direta: o ponto de entrada para qualquer transformação dentro das empresas é o topo da hierarquia. Para ele, qualquer tentativa de transformação que passe apenas pelos níveis médios ou operacionais tende ao fracasso, pois existe hierarquia forte dentro das empresas. *“É preciso falar com o dono, com quem manda.”* Sua fala expôs com clareza a dinâmica de poder nas grandes estruturas corporativas e a necessidade de abordagens estratégicas.

Perguntas e Respostas

Um dos primeiros pontos levantados pelo grupo foi a necessidade de escapar da lógica maniqueísta que separa o mundo entre empresas destrutivas e aquelas tidas como salvadoras da biodiversidade. A discussão trouxe à tona a complexidade do fenômeno do *greenwashing*, revelando que nem toda narrativa empresarial de sustentabilidade é necessariamente falsa ou

meramente publicitária. Foi apontado que existem nuances importantes entre narrativa, estratégia de marca e engajamento real com a transformação socioambiental. Reconhecer essas camadas é fundamental para não cair em julgamentos simplistas e, ao mesmo tempo, não se deixar cooptar por discursos vazios.

Outro eixo da discussão centrou-se na tensão entre lógicas comunitárias e empresariais. Foi apontado, de forma direta, que *"trabalhar com empresas é sobre lucro. Para as comunidades, é sobre sustento e modo de vida."* Essa frase aponta para uma das assimetrias do campo da sociobioeconomia: a divergência de motivações entre os atores da cadeia. A oficina reconheceu que, enquanto para muitos a economia é instrumento de subsistência e manutenção de modos de vida, para outros é um espaço de expansão e maximização de resultados financeiros. Essas realidades, muitas vezes, não se encontram no mesmo plano.

A discussão evoluiu para uma análise sobre as transformações internas nas comunidades. Foi compartilhada a percepção de que a figura tradicional do líder comunitário vem perdendo espaço, especialmente em contextos em que os arranjos de poder se tornaram mais híbridos e diversos. A experiência concreta de uma comunidade pesqueira foi apresentada como exemplo: ali, mulheres indígenas assumiram a liderança de uma fábrica de gelo, inicialmente apoiada por todos. No entanto, a autonomia econômica feminina começou a gerar desconfortos e conflitos. O caso ilustra os dilemas e avanços de processos reais de mudança: *"Eles precisam do gelo. E agora precisam obtê-lo das mulheres. E eles não gostam."*

A oficina também abordou a relação com o setor privado sob um ponto de vista estratégico. Foi feita uma crítica ao campo da sociobioeconomia por ainda entender pouco sobre o funcionamento e os desafios enfrentados pelas grandes indústrias. Foi ressaltado que é um erro manter uma relação de enfrentamento direto com esse setor sem compreender suas pressões internas, como prazos, burocracias, exigências regulatórias e a lógica da escala. Nesse sentido, a proposta colocada em debate foi a de uma atuação mais proativa: preparar os territórios com antecedência, investir em planejamento e capacidade instalada, para que, quando as empresas procurarem soluções sustentáveis, encontrem sistemas robustos e bem estruturados. Com essa estratégia, seria possível sair da posição reativa e estabelecer negociações mais equilibradas, baseadas na oferta concreta de alternativas viáveis à lógica extrativista tradicional.

Finanças para conservação

O primeiro painel da tarde aprofundou-se nas finanças aplicadas à conservação e à sociobioeconomia, com foco nos mecanismos financeiros disponíveis, nas limitações dos modelos existentes e nas oportunidades de desenvolver novas abordagens capazes de valorizar os ativos socioambientais da Amazônia e de outros territórios biodiversos. Conduzida por Claudio Padua, a conversa trouxe a visão técnica e prática de Marcelo Cwerner, Chefe de Fluxo de Capital na Amazon Investor Coalition, e Manoel Serrão, Superintendente do FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.

Finanças conscientes

Marcelo iniciou sua participação oferecendo uma perspectiva ampla, construída a partir de sua trajetória profissional em diferentes frentes do financiamento de impacto. Ele apresentou o conceito de "contínuo de capital", ou *multicapital*, uma lógica que reconhece que cada estágio

do desenvolvimento de um negócio exige diferentes perfis de financiamento, especialmente quando se trata de negócios voltados à conservação e à natureza.

No modelo tradicional de negócios, explicou Marcelo, o capital inicial normalmente vem de fontes próprias: o próprio empreendedor, a família ou os sócios. Mas, no contexto dos negócios de base comunitária ou ambiental, esse capital inicial é escasso ou inexistente. *“É aí que entra a filantropia”*, afirmou. A filantropia cumpre, segundo ele, um papel fundamental de criação de condições para que empreendimentos emergentes possam nascer.

Marcelo destacou o trabalho da Amazon Investor Coalition, que realiza aportes iniciais modestos (até R\$ 500 mil), porém acompanhados de suporte estratégico e conexões de rede, o que fortalece os empreendedores em múltiplas dimensões. Esse apoio vai além do financeiro e visa construir, junto ao empreendedor, um caminho sustentável.

À medida que os negócios amadurecem, passam a acessar outras camadas de capital, inclusive o capital filantrópico reembolsável, que serve como ponte para o financiamento comercial. *“Negócios de impacto precisam de criatividade financeira”*, ressaltou. E para que isso funcione, é necessário um diálogo mais profundo entre investidores e investidos, com uma nova mentalidade de colaboração.

Para Marcelo, o crescimento da sociobioeconomia e do financiamento da conservação depende da criação de uma maior consciência ambiental entre todos os entes envolvidos, inclusive a sociedade como um todo. Ele encerrou sua fala com uma provocação histórica e ética: *“Assim como a mão de obra escravizada foi uma lógica de mercado no passado, a lógica atual que ignora o componente socioambiental também será ultrapassada. ESG e negócios de impacto ainda são passos tímidos diante do que precisamos, mas são passos corretos, e deveriam estar sendo adotados com mais velocidade.”*

Diversidade de fundos, riscos e o desafio de modernizar a arquitetura financeira

Na sequência, Manoel Serrão trouxe a visão institucional de quem atua há décadas na administração de fundos complexos. Ele descreveu a arquitetura financeira do FUNBIO, destacando a multiplicidade de fundos e fontes, desde recursos do GEF (Global Environment Facility), até fundos privados criados a partir de compensações ambientais.

Manoel detalhou os três pilares que sustentam os fundos operados pelo FUNBIO:

1. **Volume:** escala e quantidade de recursos disponíveis.
2. **Flexibilidade:** muitos recursos são vinculados a restrições (como uso exclusivo em unidades de conservação), o que limita a resposta às realidades locais.
3. **Acessibilidade:** refere-se aos custos de transação e à complexidade de acessar os fundos, que muitas vezes exigem tempo, documentação extensa e têm alto custo reputacional.



Figura 17 Participante durante apresentação

Ele exemplificou com o caso do Rio de Janeiro, onde a indústria do petróleo dispunha de R\$ 300 milhões em compensações ambientais que não conseguia executar. O FUNBIO atuou criando um fundo privado com governança pública, o que permitiu destravar os recursos. Hoje, 35% do total gerido pelo FUNBIO vem de obrigações privadas, como Termos de Ajuste de Conduta (TACs), multas e conversões de penalidades ambientais.

Serrão alertou, porém, que o modelo atual está envelhecendo. “*Seguimos com o mesmo veículo, mas o mundo mudou*”, disse. Ele citou fatores como o esvaziamento do multilateralismo durante o governo Trump, os efeitos de guerras e crises migratórias, que deslocaram prioridades de doadores internacionais.

A saída, segundo ele, está na busca por *blended finance* — modelos que mesclam fundos reembolsáveis com filantropia e parcerias com instituições financeiras. “*Estamos nos associando a bancos. Não para sermos os gestores da parte reembolsável, mas os proponentes.*”

Serrão reconheceu que há falhas, tropeços e aprendizados constantes, mas reforçou a necessidade de inovação e resiliência: “*Se não prestarmos atenção no envelhecimento dos arranjos, vamos padecer.*”

Claudio Padua questiona: “*Estamos preparados para essa mudança da economia tradicional para a sociobioeconomia? Os agentes financeiros estão pensando diferente?*” Segundo Marcelo, muitos investidores ainda estão presos à lógica tradicional. Porém, há esforços crescentes, como os que ele acompanha, para criar metodologias que valorizem as externalidades positivas da sociobioeconomia. Ele exemplificou com o manejo do pirarucu, a produção de castanha e o açaí, todas atividades que geram impactos positivos, como vigilância, conservação e manutenção da floresta em pé, mas que não são monetizados. O mercado olha apenas para o produto final, ignorando o valor dos serviços ecossistêmicos associados.



Figura 18 Participante durante apresentação do painel com especialistas em finanças da conservação.

“As externalidades negativas já são monetizadas pelas multas. Mas as positivas ainda não foram traduzidas em valor financeiro.” Para Marcelo, quando se conseguir incorporar esses ativos intangíveis (biodiversidade, ciclo da água, vida do solo) nas lógicas contábeis e financeiras, a sociobioeconomia ganhará outra escala. Ele mencionou os créditos de biodiversidade e os mecanismos de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) como iniciativas promissoras, mas ainda incipientes.

Manoel complementou com um olhar realista sobre os limites desses mecanismos. Mencionou o programa REDD Early Mover, que realiza pagamentos por resultados, mas que chega ao Estado como um recurso livre, ou seja, pode ser gasto sem vinculação clara à conservação,

como no caso do Mato Grosso, que investe em agricultura familiar e comunidades indígenas, mas não contempla unidades de conservação.

Segundo ele, o REDD remunera o fluxo, mas não o estoque de biodiversidade, o que pode distorcer os incentivos e tornar o instrumento até “perverso”. Ele citou ainda os *green bonds*, que representam uma fração mínima dos lucros bancários, e afirmou: “*Os investimentos globais são grandes, mas não mobilizam recursos suficientes para fazer uma transformação.*”

Perguntas e respostas

A sessão iniciou-se a partir da pergunta provocativa — se o avanço do mercado voluntário de carbono estaria esvaziando a filantropia — o grupo explorou as diferentes funções e momentos de atuação de cada tipo de capital. Os participantes reconheceram que a filantropia tem um papel crucial nos estágios iniciais dos projetos, quando os riscos são altos e os modelos de negócio ainda não estão maduros. Nesse momento, ela funciona como um capital “corajoso”, que sustenta a fase de estruturação e viabiliza condições que ainda não despertam interesse do mercado. À medida que os projetos avançam, tornando-se autossustentáveis ou se inserindo em mercados como o de carbono, é desejável que a filantropia se retire, liberando espaço para outras formas de financiamento. Nesse sentido, a transição de fontes de financiamento seria um sinal de maturidade dos projetos.

“A filantropia entra quando ainda não há nada operante. É o capital que pode se arriscar mais, que sustenta a fase inicial, onde ninguém mais quer ir. Ela funciona como a ‘cola’, quando os riscos são maiores que os retornos. Mas, uma vez que o projeto se estrutura e encontra uma forma de se manter financeiramente, como é o caso de muitos projetos de restauração florestal via mercado voluntário de carbono, a filantropia deve sair de cena” — pontuou o participante especialista em finanças da conservação.

O grupo também trouxe visões mais críticas e institucionais sobre essa lógica. Foi lembrado que o comportamento da filantropia internacional nem sempre responde apenas ao estágio de desenvolvimento dos projetos, mas também a fatores políticos, como o contexto do governo federal. Casos emblemáticos foram citados para mostrar que a filantropia retorna em massa sob determinados contextos, ainda que sem diretrizes claras de atuação. “*No governo Bolsonaro houve uma forte retração da filantropia internacional. Já no governo Lula, ela voltou em grande volume, mas sem um direcionamento claro por parte do governo*” — comentou um participante.

Além disso, nem todos os aportes em projetos socioambientais respondem diretamente a dinâmicas de mercado; há motivações reputacionais, obrigações legais ou tentativas de compensação por passivos ambientais. Foi citado como exemplo o projeto Floresta Viva, executado com o BNDES, onde a motivação para os aportes voluntários foi variada, nem sempre relacionada diretamente ao mercado de carbono, mas também por obrigações legais e compromissos reputacionais. E o caso de Belo Monte, que atraiu recursos devido aos seus passivos socioambientais.

O consenso da oficina foi de que a filantropia continua sendo essencial para criar condições estruturantes (“*enabling conditions*”) como bancos comunitários, fundos adaptados e capacitação técnica especialmente em territórios com pouco acesso a crédito convencional.

Outro ponto debatido foi a relação entre as NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) e a liberação de recursos por bancos multilaterais. Os participantes

demonstraram ceticismo sobre a efetividade desses compromissos internacionais como instrumentos de financiamento. A maioria dos países não cumpriu as metas anteriores e há pouca perspectiva de que as atuais sirvam como gatilho para fluxos financeiros significativos. A crítica dos participantes concentrou-se no fato de que os bancos multilaterais deveriam agir de forma mais autônoma e proativa, criando linhas de financiamento diretamente vinculadas a projetos comunitários e de conservação, sem depender da agenda dos governos nacionais. Ao mesmo tempo, alguns participantes enfatizaram o valor político das COPs como espaços de negociação, ainda que de transformação lenta. Outros foram mais pragmáticos, apostando no fortalecimento do bilateralismo com países como Noruega, Alemanha e Inglaterra como estratégia mais eficaz para atrair recursos concretos.

Um eixo importante da conversa abordou os limites e as oportunidades de se financiar não apenas os produtos da sociobioeconomia, mas toda a estrutura de mercado e os serviços ecossistêmicos associados. O grupo refletiu sobre a dificuldade de transformar impactos positivos como a conservação de uma floresta em ativos financeiros tangíveis, enquanto impactos negativos seguem sendo externalidades sem custo. Foi debatido como ativos biológicos poderiam ser incorporados ao *valuation* das empresas, especialmente quando não geram fluxo de caixa direto, como ocorre no caso de florestas em pé. Alguns exemplos práticos foram compartilhados, como a iniciativa de financiamento a fornecedores da cadeia do açaí, onde o capital é adiantado com garantias do comprador, criando uma estrutura que fortalece a cadeia sem exigir pré-pagamento.

No campo dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), a oficina reconheceu que, embora seja um conceito bem estabelecido, ainda há um hiato entre o reconhecimento teórico e a remuneração efetiva. Muitas experiências anteriores, como a tentativa de atribuir um Valor Econômico Total (VET) aos ecossistemas, fracassaram por falta de mecanismos práticos de pagamento. Nesse sentido, os serviços ambientais só terão valor real quando houver disposição para remunerá-los.

Encerrando o debate, foi levantada a ausência do setor de seguros nas discussões sobre financiamento para a sociobioeconomia. Considerando o alto grau de risco desses projetos, desde variações climáticas até instabilidades políticas e econômicas, os seguros poderiam desempenhar um papel estratégico na redução da percepção de risco e, assim, atrair investidores hoje reticentes. O grupo concluiu que é preciso ampliar o olhar sobre o ecossistema financeiro e buscar articulações mais sofisticadas, que incluam desde o crédito e a filantropia até os seguros e novos mecanismos de precificação de externalidades positivas. A sociobioeconomia, nesse cenário, demanda uma engenharia financeira criativa para reconhecer o valor de quem conserva.

Juntando Finanças da Conservação e Sociobioeconomia

A conversa conduzida por Pilar Useche, professora da Universidade da Flórida, reuniu David Solano, pesquisador da Universidade Peruana de Ciências Aplicadas, e Renato Farias, diretor da Trust Consultoria, no Brasil. O objetivo foi lançar luz sobre os desafios e as oportunidades de unir o financiamento à conservação ambiental com a promoção da sociobioeconomia, em especial na região amazônica. A conversa foi enriquecida com diversas participações do público e trouxe perspectivas críticas, reflexões práticas e experiências no campo.

Pilar abriu a sessão perguntando: “*Quais relações vimos entre as experiências que juntam os dois temas?*” Renato respondeu com franqueza, lembrando os momentos em que o foco

institucional estava voltado ao REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), destacando que, embora fosse um movimento potente, também foi fonte de frustração. Projetos que pareciam bem-sucedidos institucionalmente se mostravam desconectados da realidade local após algum tempo, o que revelava falhas estruturais na sustentação dos impactos.

Ele chamou atenção para a distância entre a vontade transformadora do setor privado e sua compreensão limitada sobre a realidade dos territórios. *“O setor privado parece querer fazer algo, mas não entende o que está acontecendo. Há um buraco entre a efetividade necessária para a sociobioeconomia e o desejo do setor privado”*, afirmou. Para ele, pessoas comprometidas devem ser pontes que conectam intenções e realidades. *“O recurso transforma, mas a compreensão transforma mais ainda.”*

David complementou destacando a necessidade de operacionalizar as ideias. Compartilhou que identificou *26 temas essenciais* para esse tipo de coordenação, reforçando a complexidade e a amplitude dos desafios. Um exemplo prático foi sua proposta de integrar a produção sociobiodiversa aos programas de merenda escolar, cuja estrutura poderia dialogar com os arranjos locais de produção.

Ele fez um alerta contundente: *“Para a biodiversidade ser rentável, ela precisa entrar em mercados de preços, não só de qualidade. Precisamos parar de trabalhar só com o que conhecemos e buscar intercâmbio entre experiências. A complexidade não é impeditiva, é um convite ao trabalho contínuo.”*

A próxima questão de Pilar abordou se as fontes de financiamento utilizadas reconheciam o conhecimento local. Antonio Loboguerrero, envolvido em fundos voltados à governança na Amazônia, destacou que há mais flexibilidade em fundos de cooperação internacional, especialmente europeus, que respeitam os saberes locais e a autonomia das organizações. Por outro lado, empresas privadas na Colômbia, por exemplo, demonstravam menos abertura e tendiam a impor diretrizes.

Ele provocou a reflexão: *“O que é sucesso de fato? É capitalizar o mercado ou resolver um problema específico da comunidade?”* Reforçou que o sucesso precisa ser visto a partir da perspectiva das comunidades e que os financiadores devem ampliar sua concepção de resultado.

Renato concordou e reforçou que projetos de curto prazo, de 3 a 5 anos, não são suficientes para causar mudanças estruturais. Para ele, o verdadeiro êxito está em manter a sociedade ativa e permitir que organizações comunitárias sobrevivam e continuem atuando após o encerramento dos projetos. A flexibilidade, segundo ele, é chave: *“É preciso olhar para o território e entender suas emergências, que mudam ao longo do tempo. Os indicadores também mudam.”*

Florian Breyer trouxe à tona o tema da confiança e sugeriu mecanismos mais próximos de participação para investidores, como a vivência direta nos territórios onde investem. Propôs uma conexão mais humana, sugerindo que *“a família do investidor passe uma semana no local que financiou.”*

David alertou para a confusão entre *indicadores intermediários* e *indicadores de impacto*. Destacou que muitos projetos se concentram em números fáceis de coletar — como visitas a feiras — sem mensurar mudanças reais, como o fortalecimento de grupos sociais,

sustentabilidade econômica ou melhoria na educação local. *“A avaliação de impacto precisa de estabilidade na entrada de recursos e foco em objetivos claros. A sociobioeconomia também deveria definir 3 a 5 características mínimas que precisam ocorrer.”*

Pilar reforçou a importância dessa distinção, destacando que indicadores intermediários não garantem os impactos finais desejados. Paulina questionou sobre os limites éticos do financiamento: *“O que fazer quando os recursos vêm de mineradoras ou petroleiras, que extraem recursos da Amazônia para limpar sua imagem?”* Ela defendeu a necessidade de transparência e rastreabilidade.

David compartilhou um caso emblemático de *Porto Maldonado*, onde a mineração ilegal gerava tanto dinheiro que aqueles envolvidos em conservação eram vistos com desconfiança. O impacto social e moral desses financiamentos, mesmo indiretos, era profundo.

Renato destacou que, em sua experiência, sua organização recusava recursos de fontes que não pudessem ser publicamente mencionadas — mineradoras, indústrias de cigarro. Entretanto, alertou que só isso não basta: é necessário também observar como os recursos são utilizados e com quem.

Karen e Manoel reforçaram a importância de conhecer a origem do capital e dos parceiros envolvidos. Manoel trouxe a referência à prática de *“know your client”* (conheça seu cliente) como tendência que deve crescer no setor.

Suzana lembrou que o insucesso de um projeto afeta muito mais do que as planilhas: *“A falência de um projeto mina a credibilidade da organização diante da comunidade. Falhar significa romper a confiança.”*

Renato foi enfático ao criticar a má alocação de grandes volumes de filantropia em organizações de pouca atuação prática. *“Muitos recursos vão para grandes ONGs que geram relatórios, não mudanças. Recursos deveriam ir para estruturação e fortalecimento de quem está no território.”* Para ele, relatórios não transformam realidades.

Pilar propôs uma reflexão sobre o impacto da pressão por quantificar a natureza. Isso alterou as prioridades de negócio ou afetou a relação das pessoas com a natureza? Andrea respondeu com um exemplo potente: um projeto com pescadores e o repovoamento do *pirarucu*. A conservação do ecossistema aumentou a oferta do peixe, que foi então valorizado por sua história e relação com o território, entrando no mercado gastronômico premium. *“Eles viram na prática que conservar gerava renda. O quilô do peixe valorizou cinco vezes.”*

Antonio alertou que a busca por números muitas vezes ignora o valor qualitativo percebido pelas comunidades. *“As pessoas querem números, mas o sucesso é sentido de forma qualitativa. Podemos traduzir depois em números, mas não podemos ignorar essa dimensão.”*

Manoel acrescentou que, em certos contextos, o esforço de medição é mal-recebido. Ele compartilhou o caso de um projeto que respeitou salvaguardas de Cancun e fez consultas à comunidade. A comunidade, no entanto, não quis participar, e o Ministério Público Federal se posicionou contra o projeto. *“Nem sempre medir impacto é simples, e às vezes é impossível atribuir custo direto a um impacto, pois há múltiplos fatores envolvidos.”*

A conversa traçou um panorama dos desafios e dos caminhos possíveis para alinhar a conservação ambiental ao desenvolvimento sociobioeconômico. As falas dos participantes

reforçaram que, para além de indicadores e métricas, o que importa são relações de confiança, reconhecimento das complexidades locais, e uma profunda escuta dos territórios. O capital financeiro precisa encontrar novas formas de se aproximar dessas realidades, com ética, flexibilidade e compromisso verdadeiro com a transformação.

Encerramento das Entrevistas e Transição para Discussões em Grupo

Após a conclusão das entrevistas com os convidados e o intervalo, Karen Kainer conduziu uma apresentação listando os principais temas e desafios das sociobioeconomias e das finanças da conservação, elaborados a partir das discussões, falas e exemplos compartilhados nas entrevistas. Os participantes foram divididos em grupos de trabalho mistos, com pessoas de diferentes países e setores, para ampliar o intercâmbio de experiências. Os grupos foram convidados a discutir e identificar:

- **Desafios internos:** relacionados às comunidades e suas estruturas organizativas, como governança local, produção, comercialização, capacitação, sucessão, entre outros.
- **Desafios externos:** fatores fora do controle direto das comunidades ou organizações parceiras, como políticas públicas, burocracias institucionais, dinâmicas de mercado, clima, infraestrutura, entre outros.

Cada grupo contou com o apoio de intérpretes (tradutoras), o que possibilitou a participação efetiva de todos, mesmo entre pessoas que não falavam o mesmo idioma. As ideias, reflexões e principais pontos levantados foram registrados em folhas de flipchart. As apresentações dos resultados desses grupos foram deixadas para o terceiro dia da oficina.

Abordagens Escaláveis, Éticas, Inclusivas e Equitativas

O terceiro dia da oficina foi iniciado com uma rodada de partilha e análise das discussões realizadas em grupos no dia anterior. O foco esteve nos desafios internos e externos enfrentados pelas sociobioeconomias, a partir da perspectiva dos diferentes atores envolvidos. Os relatos trouxeram reflexões críticas, com destaque para a vivência prática nos territórios e os entraves enfrentados na relação com instituições financiadoras.



Figura 19 Participantes durante apresentação em grupo dos desafios para sociobioeconomia

Grupo 1: Pilar Useche, Suzana Padua, Manoel Serrão e Vanda Witoto

Desafios Internos

O grupo discutiu sobre escassez de recursos para comunidades indígenas e que, quando chegam, muitas vezes não vêm acompanhados do tempo necessário para estabelecer vínculos sólidos e duradouros. No contexto indígena, o fortalecimento de relações de confiança não pode ser acelerado nem forçado. A confiança se constrói com escuta ativa, presença contínua e respeito aos ritmos próprios das comunidades, algo que exige tempo, dedicação e sensibilidade intercultural.

Esse padrão de intervenção, segundo os relatos, dificulta a consolidação de uma sociobioeconomia autônoma, sustentável e enraizada nos territórios. Foi relatado que projetos, especialmente aqueles implementados por grandes ONGs frequentemente centralizam decisões e recursos, criando uma dinâmica de dependência. Quando o ciclo do projeto se encerra, fica a ausência de continuidade, fragilidade institucional e falta de preparo das comunidades para gerirem sozinhas os processos iniciados. Faltam ferramentas básicas, como domínio sobre a prestação de contas, autonomia administrativa e articulação política.

O desafio está em mudar a lógica da atuação externa: mais do que entregar resultados rápidos ou cumprir metas formais, é preciso investir na construção de capacidades reais, com visão de longo prazo, respeito aos tempos comunitários e compromisso com o legado deixado após a saída dos projetos.

Desafios Externos

A discussão se estendeu para aspectos externos à governança comunitária, concentrando-se especialmente nas barreiras impostas por financiadores institucionais. O grupo listou as seguintes dificuldades:

- Normas e procedimentos inadequados: instituições como o BNDES e grandes bancos operam com regras excessivamente rígidas, que não dialogam com a realidade das organizações de base. Por outro lado, foi apontado que fundações europeias e norte-americanas tendem a ser mais flexíveis e abertas ao diálogo com as especificidades locais.
- Prazos e custos de transação: tanto o tempo necessário para acessar os recursos quanto os custos operacionais (overhead) são desafios relevantes. A sugestão do grupo foi de que os financiamentos incluam overhead realista, na ordem de 17–18%, cobrindo os custos administrativos das organizações beneficiárias.
- Necessidade de fundos sem restrição: foi ressaltada a importância de haver recursos livres, que permitam à organização adaptá-los conforme necessidades reais ao longo da execução. Fundos excessivamente amarrados geram ineficiência e reduzem a capacidade de resposta a situações emergenciais.
- Curto prazo dos projetos: prazos curtos são prejudiciais tanto para quem implementa quanto para quem financia. Uma das soluções apontadas foi a mistura de recursos para diferentes etapas, como vem sendo praticado pelo FUNBIO, que combina fundos filantrópicos, públicos e reembolsáveis conforme a natureza de cada ação. Nesse modelo, é fundamental que a organização executora tenha estrutura mínima e organização interna confiável para garantir a confiança do financiador.

Grupo 2: Karen Kainer, Adevaldo Dias, Marcelo Cwerner e Renato Farias

Desafios Internos

Um dos eixos centrais identificados foi a fragilidade na gestão dos empreendimentos comunitários. Conforme apontado por líder comunitário, muitas vezes são os próprios membros da comunidade que assumem integralmente funções administrativas, sem formação, apoio técnico ou remuneração adequada. A comparação com empresas convencionais que contam com equipes especializadas para diferentes áreas, ilustra a assimetria de capacidade instalada. Nos negócios comunitários, não há como dividir tarefas quando não há recursos sequer para contratar uma única pessoa. A gestão acaba recaindo sobre poucos, o que compromete tanto a eficiência quanto o engajamento.

Esse problema se agrava quando se considera o desafio de agregar valor à produção local. A ausência de estrutura física e tecnológica mínima leva as comunidades a operarem como fornecedoras de matéria-prima bruta, sem conseguir acessar as etapas mais rentáveis da cadeia produtiva. A consequência direta é a dependência de intermediários, a baixa margem de lucro e a impossibilidade de reinvestimento local.

Outro ponto sensível identificado foi a sucessão geracional. A juventude local, muitas vezes, não se vê refletida nem beneficiada pelos empreendimentos comunitários. Segundo o grupo, a falta de atratividade econômica e a ausência de perspectivas reais de educação, renda e inovação tecnológica afasta os jovens da sociobioeconomia. A atividade produtiva, quando incapaz de competir com os apelos urbanos, perde a capacidade de se renovar.

Por fim, os participantes destacaram os custos operacionais da Amazônia como um entrave grave, com ênfase nas condições logísticas. O grupo trouxe exemplos concretos para ilustrar os altos custos de deslocamento: a simples operação de transporte pode demandar 500 litros de combustível, valor inviável sem subsídios ou financiamento adaptado à realidade local. Na ausência de transporte público ou estrutura logística consolidada, muitas comunidades precisam comprar seus próprios barcos para escoar produção, algo impensável dentro de modelos de negócios convencionais.

Desafios Externos

Do lado externo, os desafios foram igualmente estruturais. A falta de infraestrutura básica aparece novamente, agora do ponto de vista da conectividade com mercados e serviços. O grupo apontou que faltam serviços públicos e privados essenciais, como consultoria em gestão, assistência técnica e capacitação em finanças, todos fundamentais para o desenvolvimento de empreendimentos. Ainda que existam iniciativas pontuais, não há uma rede sistematizada e acessível de apoio técnico.

Em termos de política pública, o grupo foi enfático: a sociobioeconomia não está incluída nos marcos regulatórios nem nos mecanismos de incentivo fiscal do país. Enquanto produtos como soja e gado contam com subsídios e desonerações, as cadeias da sociobiodiversidade seguem arcando com custos tributários elevados, tornando seus produtos menos competitivos. Além disso, as normas existentes foram criadas fora da realidade amazônica e não contemplam suas especificidades culturais, ecológicas e produtivas.

A ausência de pesquisa e dados sobre cadeias produtivas específicas também foi apontada como um entrave relevante. Sem parâmetros claros sobre produtividade, impacto ambiental e retorno financeiro, é difícil desenhar políticas públicas efetivas ou atrair investidores alinhados com os valores da sociobioeconomia.

Nesse sentido, os participantes chamaram a atenção para a necessidade de mercados e investidores sensíveis ao impacto social e ambiental. O valor dos produtos sociobioeconômicos vai além do aspecto mercadológico: protegem a biodiversidade, conservam práticas culturais e geram benefícios, como a disponibilidade de água e a preservação de paisagens, elementos que não têm preço, mas têm alto valor social. De acordo com os participantes, aplicar a mesma lógica de risco-retorno usada na economia tradicional a esses produtos é injusto e disfuncional. É preciso criar uma abordagem diferenciada que valorize essas externalidades positivas.

Raízes dos desafios

Ao final da exposição, o grupo refletiu sobre as causas estruturais desses entraves. Em primeiro lugar, reconheceram que os empreendimentos comunitários operam sob uma lógica distinta dos negócios individuais, e exigem outra abordagem, mais colaborativa, com processos de decisão compartilhados e objetivos múltiplos, incluindo impacto social e fortalecimento cultural.

O grupo também destacou a lógica histórica e exploratória do país em relação aos seus recursos naturais, com ênfases distintas entre os estados da Amazônia, mas com um padrão comum: projetos pontuais, descontínuos, que não constroem infraestrutura nem políticas de longo prazo. Essa falta de continuidade desmotiva as comunidades, mina a confiança institucional e impede avanços consistentes.

Raízes dos desafios

O grupo começou por identificar que muitos dos entraves enfrentados pelas sociobioeconomias têm origem em desigualdades estruturais: carência de educação formal, ausência de infraestrutura, falta de serviços básicos como saúde e energia, e isolamento geográfico. Essas condições sociais criam desequilíbrios de poder e conhecimento entre os diferentes atores da cadeia produtiva, dificultando o diálogo e a construção de confiança entre partes com realidades tão distintas, como investidores e comunidades tradicionais.

Além disso, destacaram que as capacidades precisam ser construídas não apenas nos territórios, mas também entre os financiadores e investidores. Sem esse movimento duplo, as soluções oferecidas permanecem descoladas da realidade.

Desafios internos

- A fragilidade da confiança entre comunitários e organizações de apoio impede a consolidação de parcerias duradouras e transparentes. Acordos frágeis ou mal compreendidos levam a frustrações mútuas e descontinuidade dos projetos.
- A baixa capacidade administrativa das organizações locais compromete sua autonomia. É preciso investir em gestão financeira, contabilidade, cumprimento de exigências legais e prestação de contas.
- A insistência em esperar por políticas públicas prontas foi questionada. O grupo sugeriu uma atuação mais incisiva na incidência e co-construção de políticas públicas, em vez de apenas reagir a elas.
- O alto risco percebido desses negócios desestimula investidores, que acabam preferindo alternativas com retorno mais previsível.

Desafios externos

- O grupo destacou com força a falta de mecanismos adequados para valoração das externalidades positivas. Serviços como conservação da água, proteção da biodiversidade e sequestro de carbono não entram nos cálculos de retorno sobre investimento, apesar de seu enorme valor social e ambiental.
- A lógica predominante de retorno rápido do capital é vista como incompatível com o tempo dos ciclos ecológicos e sociais. O desafio é alinhar rentabilidade com sustentabilidade de longo prazo, o que exige inovação nos modelos de negócio e nos critérios de avaliação dos investimentos.
- Por fim, foi destacada a necessidade de valorar os próprios recursos naturais: castanha, açaí, óleos, sementes — que seguem sendo subvalorizados no mercado convencional.

Desafios internos

O grupo partiu do reconhecimento de que há lacunas técnicas, operacionais e políticas dentro das próprias organizações locais, que precisam ser endereçadas com seriedade e sem romantização.

- A formação de capacidades técnicas em gestão e organização interna foi apontada como condição essencial. Isso inclui desde saber lidar com auditorias até gerir recursos, montar equipes e executar estratégias complexas.
- É necessário desenvolver estratégias compartilhadas, com envolvimento genuíno das bases, para que os projetos deixem de ser conduzidos apenas “de fora para dentro”.
- A comunicação clara e interna sobre os objetivos, princípios e caminhos de cada iniciativa foi vista como uma fraqueza recorrente. Sem entendimento comum, há dispersão de esforços.
- Foi destacada também a necessidade de criar mecanismos para reter conhecimento. Muitas vezes há capacitações pontuais, mas as pessoas treinadas não permanecem na comunidade ou não conseguem aplicar o que aprenderam.
- A competitividade interna entre grupos da mesma comunidade, desejando explorar os mesmos recursos, também foi mencionada como um desafio. O fortalecimento do associativismo e da cooperação entre coletivos aparece como caminho promissor.
- O acesso a tecnologias apropriadas também é um entrave: tanto para o uso de maquinários adaptados quanto para plataformas digitais que facilitem o manejo e gestão produtiva.



Figura 20 Participantes apresentando conclusões após discussão em pequenos grupos.

Desafios externos

- Há falta de tecnologias adaptadas à realidade da sociobioeconomia. Plataformas, softwares e máquinas são pensados para outros modelos e raramente funcionam nas comunidades amazônicas.
- A assistência técnica continua sendo oferecida sob a lógica de grandes empreendimentos do agronegócio, sem conexão com os modelos sustentáveis e territoriais das sociobioeconomias.

- Os marcos legais e políticos são incompatíveis com a realidade local. Muitas vezes os projetos esbarram em exigências que não fazem sentido nos territórios, e não há apoio institucional para adaptar essas normas.
- O grupo também destacou a necessidade de diversificação dos mercados, evitando a concentração em um único produto e explorando o potencial da biodiversidade com uma cesta ampla.
- Um ponto sensível foi a preocupação de que a retomada do extrativismo, sem critérios, possa ser usada como justificativa para desmatamento e práticas não sustentáveis.
- Enfim, o financiamento também depende da movimentação dos próprios atores comunitários, que devem ser protagonistas na busca por apoio e recursos, com base em conhecimento técnico e clareza estratégica.

Raízes estruturais

A análise do grupo também abordou as estruturas sistêmicas que bloqueiam o avanço da sociobioeconomia:

- O sistema econômico vigente, baseado no lucro e na velocidade, não reconhece práticas colaborativas, de troca e de tempo lento típicas das comunidades amazônicas.
- O sistema financeiro não está preparado para lidar com realidades territoriais: nem em termos de acesso, nem em termos de tratamento igualitário.
- A corrupção e a economia ilegal, especialmente o garimpo e a grilagem, concorrem com as iniciativas de base e muitas vezes são mais rápidas e atraentes, especialmente para os jovens.
- Há pouca geração de conhecimento aplicado, apesar de já existirem muitas informações dispersas. O desafio é tornar esse conhecimento acessível e útil nos territórios.
- Por fim, a falta de segurança física e jurídica nas comunidades, agravada pela escalada da violência e pela ausência do Estado, representa uma ameaça real para os defensores da floresta e da economia da vida.

Grupo 5 – Vanessa Luna, Floriana Breyer e Carlos Koury

Desafios internos

- O grupo chamou atenção para a complexidade gerada pela diversidade de cadeias de valor nos territórios. Cada novo produto exige capacitações, estruturas e custos específicos, o que exige uma estratégia cuidadosa para evitar sobrecarga e fragmentação dos esforços locais.
- A sazonalidade da produção impõe desafios para o fluxo de caixa e o planejamento estratégico dos empreendimentos, especialmente para manter a estabilidade financeira e o engajamento das pessoas envolvidas.
- Destacaram também a urgência de garantir equidade de gênero e engajamento da juventude. Manter os jovens nos territórios depende diretamente de criar oportunidades atrativas de educação, emprego e protagonismo.
- Um ponto crítico foi a ausência de planejamento e de antecipação de riscos e oportunidades. A falta de planos estratégicos enfraquece a capacidade de usar bem os recursos disponíveis.
- Finalmente, o grupo reforçou a importância de incluir o custo da conservação ambiental no valor dos produtos, mas destacou que esse custo não deveria ser transferido para o consumidor final. A ausência de subsídios e políticas de incentivo no setor torna isso ainda mais desafiador.

Desafios externos

- O grupo reforçou a necessidade urgente de políticas públicas adequadas e de subsídios específicos para o setor da sociobioeconomia, que hoje enfrenta um cenário assimétrico em relação a setores como soja e gado.
- Apontaram a importância de formar parcerias diversas, que reúnam diferentes conhecimentos e saberes, mas destacaram que as organizações comunitárias muitas vezes não têm equipe suficiente para gerir relações complexas com múltiplos atores.
- Denunciaram a falta de continuidade dos projetos, o que gera frustração e desconfiança nas comunidades.
- Também criticaram a ausência de linguagens apropriadas nos processos de geração e difusão de conhecimento. Isso dificulta o diálogo entre ciência e saber tradicional, excluindo as comunidades dos sistemas de inovação.
- Enfatizaram que o conhecimento tradicional precisa estar presente desde a concepção dos projetos, e não apenas como dado ou insumo técnico. A ausência dessa participação é uma forma de exclusão epistemológica.

Encerrando o terceiro dia da oficina, a discussão plenária aprofundou-se em um conjunto de temas estruturantes para o fortalecimento da sociobioeconomia: a ética nas relações com os territórios, o papel das universidades e dos pesquisadores, os desafios da gestão de empreendimentos comunitários e a função essencial da comunicação como vetor de transformação. Participantes de diferentes regiões e setores trouxeram reflexões sobre como construir pontes reais entre o conhecimento técnico-científico e os saberes tradicionais, com respeito, equidade e permanência. A Tabela 5 reúne os principais pontos levantados pelos grupos sobre os desafios e suas raízes.

Tabela 5 Sumário dos desafios internos e externos da sociobioeconomia e suas raízes.

Desafios internos	Desafios externos
Falta de tempo e vínculos com comunidades indígenas; dependência de ONGs	Normas de financiamento inflexíveis e prazos inadequados
Gestão precária dos empreendimentos comunitários Ausência de sucessão geracional	Ausência de serviços públicos essenciais e infraestrutura logística
Fragilidade da confiança e capacidade administrativa das organizações locais	Falta de mecanismos de valoração das externalidades e lógica de retorno rápido
Lacunas técnicas e operacionais nas organizações e comunicação interna deficiente	Ausência de tecnologia apropriada e marcos legais incompatíveis
Diversidade de cadeias gera fragmentação, sazonalidade e falta de planejamento	Falta de continuidade dos projetos e exclusão do saber tradicional
Raízes dos desafios • Lógica exploratória histórica e projetos pontuais e descontinuados • Desigualdades estruturais como infraestrutura, educação e serviços básicos • Sistema econômico e financeiro não reconhece práticas colaborativas • Corrupção, economia ilegal e ausência do Estado nas comunidades • Conhecimento disperso e falta de segurança física e jurídica	

Reflexões coletivas

A discussão iniciou sobre a produção de conhecimento em territórios indígenas e tradicionais, com especial atenção à ética da pesquisa. O grupo iniciou o debate com uma denúncia contundente sobre a prática recorrente de pesquisadores que extraem informações sem retornar às comunidades para compartilhar os resultados. Essa prática não apenas quebra a confiança, mas também perpetua uma desigualdade de poder entre quem produz e quem é fonte do conhecimento.

Como contraponto, foram relatadas experiências positivas, o que mostra que a devolutiva é possível quando se estrutura como parte do processo científico. Programas institucionais foram destacados por adotarem práticas de retorno aos territórios. Foram citados a iniciativa *Manhã com Ciência*, criada pelo Instituto Ipê no Portal do Paranapanema, em que pesquisadores que atuaram na região retornavam regularmente para compartilhar seus achados com a população local. Outro foi a disponibilidade de financiamento específico pela Programa de Conservação e Desenvolvimento da Universidade da Florida para garantir que pesquisadores de pós-graduação compartilhem seus resultados de forma acessível e respeitosa. Houve concordância de que a ética deve ser incorporada às estruturas de pesquisa, indo além do discurso e se traduzindo em ação concreta.

Foi lembrado que muitas comunidades sequer têm acesso às plataformas onde os resultados são publicados, o que exige repensar os formatos de devolução, valorizando os saberes locais, o diálogo intercultural e uma linguagem acessível. A devolução precisa ser dialógica e não unidirecional.

Além disso, o grupo criticou a distância entre o conhecimento produzido nas universidades e as necessidades práticas das comunidades. Foi apontada a necessidade de a ciência ser mais aplicada, comprometida com a transformação social e não apenas com publicações acadêmicas. A ciência deve ser instrumento de formação e de fortalecimento da autonomia local.

A proposta de valorização dos pesquisadores comunitários foi amplamente apoiada, incluindo a sugestão de que comunidades sejam co-pesquisadoras, produtoras e analistas de dados, capazes de tomar decisões baseadas em evidências locais. Foi reforçada a importância da ciência indígena como campo legítimo de conhecimento e de ação.

O grupo também trouxe experiências práticas de integração tecnológica, demonstrando como soluções industriais podem ser adaptadas à realidade amazônica para melhorar a produtividade sem descaracterizar os modos de vida locais. Essa conexão entre inovação e território foi vista como chave para o fortalecimento da sociobioeconomia. Como o exemplo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã onde uma tecnologia usada pelo Polo Industrial de Manaus foi adaptada para uma comunidade local. Bastaram três metros de trilho para uma máquina embalar óleos vegetais, aumentando a produtividade e melhorando a apresentação dos produtos. *“As tecnologias já existem. Precisamos conectar os mundos”*, defendeu um dos participantes.



Figura 21 Participantes reunidos para discussão coletiva.

No entanto, alertou-se para a fragilidade dos empreendimentos comunitários frente à lógica de projetos de curto prazo. A gestão e continuidade das iniciativas foram apontadas como gargalos críticos, uma vez que poucos investimentos são feitos na sustentabilidade de longo prazo. A descontinuidade gera frustração, quebra de confiança e limita a capacidade das comunidades de manter os avanços conquistados.

O grupo também refletiu sobre a distribuição do resultado econômico das cadeias produtivas, trazendo o tema do lucro para o centro da discussão. Questionou-se “lucro para quem?”, propondo que ele seja entendido como ferramenta de autonomia e não de exploração. A sustentabilidade financeira foi reconhecida como necessária, desde que equilibrada por valores de justiça e protagonismo local.

A comunicação apareceu como eixo transversal estratégico. Foi consensual que os bons exemplos precisam ser mais visíveis, inspirar outros territórios e ajudar a transformar percepções. A comunicação foi tratada não apenas como meio, mas como insumo que agrega valor, dissemina conhecimento e articula inovação com mercado.

Para além das reflexões, o grupo começou a construir propostas concretas. Sugeriu-se uma agenda coletiva orientada por temas estruturantes como políticas públicas, infraestrutura, valorização intergeracional e linguagem do conhecimento. Por fim, propôs-se a articulação de uma rede pan-amazônica de cooperação em sociobioeconomia, que una esforços, evite redundâncias e acelere a transição para modelos mais justos, éticos e sustentáveis.

Gênero, Igualdade Social e Bem-Viver Territorial nas Finanças da Conservação e Sociobioeconomias

Dando continuidade ao terceiro dia de oficina, outro painel foi organizado para reunir vozes de diferentes territórios e trajetórias para debater como gênero, juventude e justiça territorial se entrelaçam com os desafios do financiamento para conservação e o fortalecimento das sociobioeconomias. A mediação ficou por conta de Pilar Useche, economista e professora na Universidade da Flórida, com ampla experiência em desenvolvimento rural e finanças sustentáveis.

Entre os participantes estava Antonio Loboguerrero, pesquisador colombiano com trajetória internacional em políticas climáticas, segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável. Representando o Suriname, Mayra Esseboom trouxe sua experiência como pesquisadora, com forte atuação em comunidades indígenas e quilombolas. Do Brasil, Vanda Witoto, educadora e liderança indígena do povo Witoto, destacou as perspectivas dos povos originários.



Figura 22 Participantes durante apresentação do painel sobre gênero e igualdade social.

A primeira pergunta de Pilar explorou a relação intergeracional nos territórios: “Em cada uma das suas iniciativas, o que acontece com os jovens? Eles estão sendo atraídos para permanecer nas comunidades ou preferem sair? O que os atrai ou repele desses territórios?”

Antonio Loboguerrero trouxe a realidade colombiana. Ele destacou que muitos jovens hoje se afastam do território, não apenas fisicamente, mas também simbolicamente. Enquanto os líderes atuais, muitos já com mais de 50 anos e que participaram da luta pelo território e carregam forte memória histórica desse processo, os jovens que cresceram em tempos posteriores não compartilham da mesma vivência ou vínculos. “*Eles pensam diferente*”, afirmou Antonio. A cidade os seduz com suas promessas: cultura urbana, conectividade, o chamado “sonho americano”, ou ainda as oportunidades oferecidas por setores extrativistas como as mineradoras.

Isso tem levado a um abandono progressivo dos territórios, apesar de os povos indígenas representarem apenas 2% da população e possuírem 30% da terra. As formas tradicionais de produção (como a *chacra* ou agricultura de subsistência) são percebidas como duras, pouco atrativas e com retorno limitado. E a juventude de hoje, como ele colocou, “quer coisas mais fáceis, não quer dureza”. Muitos não consomem mais o que produzem, pescam para vender e compram alimentos industrializados. Ainda assim, Antonio destacou que os projetos de sociobioeconomia bem estruturados conseguem oferecer oportunidades atrativas aos jovens para que permaneçam nos territórios, mesmo que não tragam grandes lucros imediatos. *“Eles querem ficar, mas querem outras condições.”*

A migração de jovens para centros urbanos frequentemente os empurra para condições precárias e os insere em um “limbo cultural”, onde não são plenamente aceitos nem pelo mundo indígena tradicional, nem pelo mundo urbano. Esse desenraizamento tem reflexos graves, como a alta taxa de suicídio entre jovens indígenas na Colômbia. *“Falam que os jovens devem ouvir os mais velhos, mas ninguém quer escutar os jovens. Precisamos ouvir a juventude para entender suas necessidades reais.”*

Na sequência, Mayra Esseboom, do Suriname, compartilhou um panorama bastante distinto, marcado por um movimento inverso: o retorno de jovens às comunidades rurais. Ela explicou que, nos últimos cinco anos, o aumento do custo de vida nas cidades, aliado à instabilidade econômica nacional, fez com que muitos jovens, especialmente de comunidades indígenas e maroons, optassem por retornar ao campo devido ao menor custo de vida e oportunidades de geração de renda com pesca, agricultura e manejo florestal.

Mayra chamou atenção para a estrutura matriarcal dos maroons, onde a responsabilidade sobre os filhos recai tradicionalmente sobre os irmãos da mãe, o que contribui para a permanência de jovens nas áreas de origem. Casando-se jovens e formando família cedo, muitos percebem vantagens em estar nas comunidades, onde podem plantar, pescar, viver com custos mais baixos e, ao mesmo tempo, inovar. *“Os jovens estão voltando, e isso tem gerado inovação: eles não querem apenas repetir o que os mais velhos faziam, mas criar novas formas de viver na floresta.”*

No entanto, o retorno ao campo também esbarra em desafios. Ela destacou os conflitos causados pela mineração de ouro, especialmente pela negação do direito das comunidades aos seus próprios territórios. O governo concede concessões de mineração a terceiros, impedindo que os comunitários acessem e usufruam das terras que habitam há gerações. Os jovens são empurrados para a mineração ilegal, muitas vezes arriscando suas vidas — *“já perdemos jovens em desmoronamentos de pedreiras”*, relatou. Mayra defendeu com firmeza a necessidade de atuação efetiva do Estado, não apenas em intenção, mas em ação. *“O governo precisa estar presente. Não é só tentar ouvir, é fazer. Eles têm os meios para elaborar políticas e direcionar investimentos.”*

Na sequência, Vanda iniciou seu relato descrevendo a escuta atenta dos mais velhos nas comunidades ao longo do rio Solimões — uma viagem de seis dias que ilustra a profundidade e extensão dos territórios afetados. Segundo ela, um dos vetores mais significativos de transformação cultural nos últimos 40 anos tem sido a presença crescente de igrejas fundamentalistas nos territórios indígenas. Esta presença deslocou os centros simbólicos e sociais das comunidades: *“Não é mais a maloca que está no centro da aldeia, mas sim a igreja, com uma cruz maior do que a floresta”*, destacou. Essa inversão de centralidade simbólica também alterou as hierarquias e sistemas de autoridade tradicionais: o cacique perde seu lugar

de respeito, substituído pelo pastor, muitas vezes um jovem que sai para estudar fora e retorna como figura religiosa, promovendo a doutrinação.



Figura 23 Participante apresentando durante painel sobre gênero, equidade e inclusão.

Esse processo gera, segundo Vanda, um distanciamento geracional profundo, onde os jovens já não respeitam ou escutam os mais velhos, contribuindo para a erosão das tradições e da memória cultural. A juventude se vê em um “não-lugar”: dividida entre obedecer à Bíblia ou seguir os ensinamentos dos anciãos e dos pajés. Esse conflito é agravado pela demonização dos rituais, línguas e cantos indígenas, promovida pelas igrejas, o que, para Vanda, constitui uma transformação cultural violenta, que quebra o pertencimento e a autoestima da juventude.

Ela alertou para as altas taxas de suicídio entre jovens indígenas, consequência direta desse processo de desenraizamento, da ruptura identitária e da perda do sentido de pertencimento. Ao lado da religião, ela apontou também a educação escolar ocidental como fator de desconexão cultural. Essa educação afasta as crianças da convivência coletiva e da vivência com a roça, do plantar e pescar, da oralidade ancestral. “*O avô não está dentro da escola*”, resumiu.

Além disso, Vanda chamou atenção para as razões estruturais que levam os indígenas a deixarem seus territórios. Hoje, cerca de 60% da população indígena está fora das terras indígenas, sobretudo em busca de educação, saúde e trabalho — áreas nas quais o Estado não oferece políticas públicas adequadas dentro dos territórios. Essa ausência de políticas específicas leva à migração forçada e à consequente fragilização das comunidades.

Diante desse cenário, ela destacou as ações autônomas dos próprios povos indígenas para reconstruir sua identidade e fortalecer seus modos de vida. Um exemplo é a criação de uma escola de conhecimento próprio (Ateliê Derequine) na comunidade indígena urbana do Parque das Tribos em Manaus, voltada para preparar as crianças indígenas antes de ingressarem na

escola regular. Essa escola trabalha para fortalecer a autoestima, celebrar os grafismos, os corpos pintados, o saber artístico, o valor da roça e do pescado. *“As crianças indígenas, quando entram na escola formal, ouvem que são feias, sujas. No ônibus, as pessoas se afastam delas quando estão com seus grafismos.”*

Para as mulheres, a iniciativa do Ateliê Derequine surge como ferramenta de autonomia e geração de renda, mas também como afirmação cultural. *“Queremos que as mulheres se sintam inteligentes, belas, capazes, com seus grafismos e suas roupas feitas por elas mesmas.”* Por fim, Vanda fez uma crítica incisiva ao olhar reducionista sobre a Amazônia que aparece nas imagens de satélite: *“Esse olhar só quer proteger a árvore. Mas não quer proteger a vida das pessoas.”* Ela reforçou que *os corpos indígenas são os verdadeiros guardiões da floresta*, são eles que resistem à mineração ilegal, ao desmatamento, às invasões. E concluiu com um alerta essencial: *“Se os nossos corpos não estiverem cuidados, com saúde e educação, nossos territórios não serão protegidos.”*

Paulina comentou as falas dos participantes chamando a atenção para um padrão comum observado em comunidades do Equador: a maternidade precoce entre meninas indígenas, algumas com apenas 12 ou 13 anos. Ela explicou como essa realidade afasta essas jovens de espaços de decisão, pois o papel de cuidadoras lhes é imposto muito cedo.

“A sociedade olha para elas como se a vida tivesse acabado depois de terem filhos. Elas deixam de ser vistas como parte ativa da comunidade e se tornam invisíveis politicamente.” Segundo Paulina, essas meninas passam a ser vistas como responsáveis apenas pelo cuidado doméstico, o que as impede de desenvolver capacidades de liderança e de se envolver em processos comunitários de gestão e decisão. O ciclo de exclusão se perpetua quando não há estrutura comunitária ou institucional que lhes permita conciliar maternidade e protagonismo.

Na sequência, Ruth Cayapa, falando a partir da realidade de sua comunidade, reforçou que o que Paulina descreveu não é apenas uma consequência social, mas um costume tradicional arraigado: *“É costume em nosso território que meninas sejam entregues a seus companheiros antes dos 16 anos. Isso nos impede de estar nas assembleias, nos espaços onde se tomam decisões.”*

Ruth foi enfática ao descrever como as assembleias ainda são majoritariamente masculinas e como o papel das mulheres, especialmente das mais jovens, permanece passivo e invisibilizado. A sobrecarga dos compromissos domésticos e a maternidade precoce fazem com que muitas meninas deixem de parecer jovens, tamanha é a carga simbólica e material que carregam. *“Essas meninas estão presas numa estrutura de poder que as impede de pensar em outro futuro. São crianças cuidando de crianças.”*

Para romper com esse ciclo, Ruth defendeu a promoção de lideranças femininas jovens, apontando que é necessário *“trabalhar muito a cabeça delas”* para que entendam que têm direito a espaço, voz e reconhecimento, para além de suas funções como mães e cuidadoras. Segundo ela, o desenvolvimento dessas lideranças passa por iniciativas que garantam renda, autonomia e conhecimento, condições essenciais para que possam ocupar posições de referência em suas comunidades. Ruth também apontou o obstáculo do machismo institucionalizado nas organizações comunitárias:

“Na nossa organização, os líderes são homens, e muitos não querem que as mulheres se tornem líderes. Eles não querem que as mulheres tenham conhecimento, porque sabem que o conhecimento é poder.”

Sua fala revelou que o acesso ao conhecimento não é apenas uma questão de capacitação técnica, mas de disputa de poder, e que o controle da informação é usado como ferramenta de contenção da liderança feminina. Finalizou destacando que há jovens com vocação para liderar, e que é preciso identificá-las, incentivá-las e protegê-las como exemplos transformadores em suas comunidades.

Continuando, Pilar perguntou aos participantes: “O conhecimento intergeracional afeta o papel da mulher e da inclusão nos territórios?” A resposta de Mayra destacou um importante processo histórico de mobilização feminina no país. Nos anos 1980, ela relembra, foi fundada a Organização Nacional de Mulheres, que teve papel central na criação de organizações comunitárias femininas e na conscientização de que as mulheres são fundamentais na construção cultural de seus territórios. *“As mulheres são mães, sim, mas também líderes. São elas que seguram as comunidades.”*

Segundo Mayra, hoje se colhem os frutos dessa mobilização: comunidades com organizações femininas estruturadas e com mulheres de diferentes etnias que passaram a desejar e a lutar por espaço na política, nos mercados e na educação. Ela ressaltou que, cada vez mais, mulheres maroons (descendentes de africanos escravizados que escaparam para o interior da floresta) estão ingressando nas universidades, motivadas pelo desejo de contribuir com suas comunidades e transformar a forma como são tratadas socialmente. Muitas dessas mulheres retornam para suas localidades como professoras, levando consigo não apenas os saberes da educação ocidental, mas também os conhecimentos tradicionais, em um movimento que fortalece pontes entre os mundos. Pilar comentou que essas trajetórias confirmam o que já se percebe no campo: *“As mulheres são catalisadoras do processo de circulação e resignificação do conhecimento intergeracional.”*



Figura 24 Participante apresentando durante painel sobre gênero, equidade e inclusão.

Vanda Witoto concordou e aprofundou a análise ao situar a educação formal como um movimento de confronto com estruturas patriarcais impostas historicamente pela colonização. Ela lembrou que muitas sociedades indígenas brasileiras são de origem matriarcal, mas que o colonialismo impôs um modelo patriarcal que deslocou as mulheres de posições de liderança. Segundo Vanda, o ingresso das mulheres indígenas nas universidades é um ato de resistência e reconexão com sua origem ancestral também um exemplo que inspira outras mulheres a fazer o mesmo.

Ela citou Joênia Wapichana, primeira mulher indígena a se tornar deputada federal no Brasil, como símbolo desta mudança. *“Mulheres indígenas estão ocupando novos espaços, mas isso também provoca tensões. Os homens, nas assembleias, ainda são maioria e muitas vezes tentam silenciar as mulheres. Há disputa interna de poder.”*

Vanda explicou que o crescimento da participação feminina dentro das comunidades não é um processo linear: com frequência, mulheres que se posicionam enfrentam resistência de homens que temem perder espaço. Diante disso, ela contou que, durante o ATL (Acampamento Terra Livre), foi criada a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) — uma rede voltada para produzir dados sobre feminicídio, violência doméstica e violência obstétrica contra mulheres indígenas, temas historicamente invisibilizados. *“Se não existem dados, não existem políticas públicas. Queremos registrar essas violências para mudar essa realidade.”*

Vanda também falou da importância de construir escuta e protagonismo entre a juventude indígena, muitas vezes descredibilizada por não ter “experiência” aos olhos de lideranças mais velhas. O caminho, segundo ela, é fortalecer organizações lideradas por mulheres e jovens: *“As mulheres são agregadoras. Elas colaboram, agem em coletivo. Com os homens, muitas vezes a liderança se fecha em si. As mulheres, quando lideram, abrem espaço para todos.”*

Antonio compartilhou que uma das estratégias adotadas por sua equipe foi treinar mulheres como pesquisadoras na área da saúde, reconhecendo nelas um papel central nas comunidades: *“Elas são as cuidadoras do alimento, da casa, da comunidade. Por isso, estavam mais preocupadas e mais envolvidas que os homens.”*

Esse movimento partiu do entendimento de que os homens ocupavam predominantemente o espaço da política formal, enquanto as mulheres sustentavam a vida cotidiana dos territórios. A saúde, nesse contexto, foi uma porta de entrada eficaz para articular formação, empoderamento e permanência no território.

Antonio explicou que muitos dos problemas de saúde surgiam justamente pela necessidade de as pessoas deixarem o território em busca de recursos, o que enfraquecia o tecido social local. Para evitar isso, foram criados programas específicos, como o de bioeconomia ligada ao artesanato, onde a presença das mulheres se destacou naturalmente. Contudo, esse protagonismo também gerou tensões iniciais: *“Alguns homens ficaram incomodados com o fato de as mulheres começarem a ganhar dinheiro.”*

Foi nesse contexto que nasceu o Encontro de Mulheres Indígenas, evento que ocorre a cada dois anos e reúne mulheres fora de seus territórios para refletirem juntas sobre seus problemas e estratégias de fortalecimento. Segundo Antonio, esses encontros vêm fortalecendo as comunidades como um todo, ao ampliar a consciência e o papel das mulheres nos processos de transformação social.

Ele destacou ainda que, no território em que atua, as mulheres passaram a ocupar múltiplos papéis, não apenas em atividades de base como o artesanato e o turismo, mas também como líderes formais, chamadas de “mulheres capitãs”.

Essa mudança tem implicações diretas nas divisões tradicionais de papéis entre homens e mulheres. Antonio enfatizou que é necessário reconhecer essas transformações com clareza e intenção: *“Qualquer nova iniciativa na comunidade precisa gerar mudanças nesses papéis tradicionais — e isso deve ser feito de forma evidente.”*

Ele concluiu observando que o acesso à tecnologia, como os celulares, também vem promovendo mudanças culturais profundas, dissolvendo fronteiras rígidas entre o que é “papel de homem” e “papel de mulher”.

O painel evidenciou que gênero, juventude e bem-viver territorial são dimensões inseparáveis da construção de sociobioeconomias justas e sustentáveis. As experiências compartilhadas mostraram que, em diversos territórios, mulheres e jovens ainda enfrentam barreiras estruturais profundas: ausência de políticas públicas específicas, papéis sociais rígidos, exclusão de espaços de decisão e transformações culturais que fragilizam os vínculos com os modos de vida tradicionais.

Emergiram como temas centrais a necessidade de criar mecanismos que fortaleçam o protagonismo das mulheres nas comunidades, especialmente por meio do acesso à educação, formação técnica, geração de renda e reconhecimento de seus saberes. As mulheres foram destacadas como cuidadoras do território e da cultura, mas também como lideranças em ascensão, capazes de mobilizar transformações sociais significativas.

A fala dos painelistas também mostrou que as juventudes vivem um conflito intergeracional agravado por modelos educacionais e religiosos que rompem com os valores coletivos e ancestrais. O êxodo para as cidades, a perda de identidade cultural e o aumento de vulnerabilidades, como o suicídio entre jovens indígenas, foram mencionados como sintomas de um afastamento forçado do território e de suas referências tradicionais.

Por outro lado, surgem iniciativas que procuram reverter esse cenário, promovendo educação contextualizada, retorno ao território, inovação a partir da cultura local e reconhecimento do papel transformador das novas gerações.

O painel apontou ainda para a urgência de revisar os papéis de gênero e construir espaços de diálogo e decisão mais inclusivos, nos quais mulheres e jovens possam ocupar posições de liderança com segurança e legitimidade.

Mapeamento de Redes

O encerramento do terceiro dia da oficina foi marcado por uma discussão sobre parcerias intersetoriais para colaboração contínua na sociobioeconomia e finanças para conservação, com foco em comunidades amazônicas. Essa conversa buscou conectar atores e mapear redes existentes que já operam ou podem ser mobilizadas em apoio à agenda da sociobioeconomia. Os participantes foram divididos em dois grupos: um com representantes do Brasil e Suriname e outro das regiões andinas (Peru, Colômbia, Equador), para responder à pergunta central da atividade:

“Quais redes ou coalizões já existem que este grupo pode aproveitar, se conectar ou fortalecer? E a quais redes vocês pertencem?”

A atividade foi realizada com uso de flipcharts e gerou uma lista com diversidade de redes locais, regionais e Pan-Amazônicas. O exercício revelou potencial de articulação inexplorado, convergências temáticas e grandes oportunidades para sinergia entre redes que hoje ainda operam em paralelo.



Figura 25 Participantes trabalhando em grupos no mapeamento de redes de colaboração.

Panorama das Redes Mapeadas

A seguir, uma apresentação visual estruturada com as redes mencionadas, categorizadas por país e temática predominante:

Tabela 6 Redes mapeadas pelos participantes do Brasil e Suriname.

Categoria	Redes
Bioeconomia e conservação	Rede Pan-Amazônica de Bioeconomia, Assobio, Osociobio, Observatório da Castanha, OTCA, Observatório BR-319
Educação e conhecimento	EFN (Education for Nature), Saberes Sociobio, Fullbright Amazonia Network
Gênero e ancestralidade	ANMIGA – Articulação Mulheres Guerreiras da Ancestralidade
Governança e advocacy	Concertação pela Amazônia, Coalizão Clima Floresta e Agricultura, COIAB
Finanças e fundos ambientais	REDLAC, CAFE, Conservation Finance Alliance
Infraestrutura e comercialização	Rede de Cantinas da Terra do Meio, Rede Origens Brasil, Coletivos do Pirarucu, Borracha e Açaí

Pesquisa e mapeamento	RHISA, LIRA, IUCN
Biodiversidade e intercâmbio internacional	International Biodiversity Network

Tabela 7 Redes Mapeadas pelos participantes do países Andinos (Peru, Colômbia e Equador).

Categoria	Redes
Gênero, juventude e inclusão	Red de Investigadores Extensionistas em Gênero, Red de Jovens Amazônicos, Chakra Mamas, UNOCARD, SIP – Sistema Iniciativas de Paz
Bioeconomia e sistemas alimentares	Mesa Bioeconomía (Ecuador), Fundación McKnight, CGIAR (CIP/Iniciativa Andina), Grupo Chakra, Cacau – Florestas e Paz
Educação, universidades e ciência	Red de Universidades en Perú, INTE (Univ. Católica), UNAMAZ, CGSpace
Governança e políticas públicas	Ministerio del Ambiente y Agricultura, SERNAMP, Escucha la Amazonía, Sociedade Peruana de Direito Ambiental
Financiamento e cooperação	MEC (ONGs Belgas), Agricord, DGD Program, PUCA (restaurantes e cozinheiros), CLAC (Comércio Justo)
Turismo e mercados locais	ACOTUR, Red de Turismo do Cacau, Chakra y Chocolate
Monitoramento e georreferenciamento	WWF – Rede de Monitoramento Ambiental, RAISG

Reflexões Coletivas sobre o Valor das Redes

Os participantes destacaram benefícios concretos de participar de redes, reafirmando seu papel como estruturas fundamentais para a construção da sociobioeconomia. As redes:

- Proporcionam acesso ao conhecimento e à troca de experiências entre pares;
- Criam pontes de contato e confiança entre diferentes atores;
- Dão escala e visibilidade a ações locais;
- Facilitam a articulação intersetorial, integrando governo, setor privado, academia e sociedade civil;
- Fortalecem o poder de incidência política e normativa, permitindo participação na construção de políticas públicas;
- Estabelecem boas práticas e padrões de atuação para o setor;
- Permitem respostas mais rápidas e coordenadas a desafios comuns;
- Criam um sentimento de pertencimento e motivação coletiva, como apontado no caso da REDLAC, uma rede com mais de duas décadas de fortalecimento institucional mútuo.



Figura 26 Participantes trabalhando em grupos no mapeamento de redes.

Encerramento do Dia

No encerramento da jornada, as falas finais trouxeram uma combinação de otimismo realista e senso de responsabilidade compartilhada. O sentimento geral foi de avanço concreto, apesar dos muitos desafios ainda presentes. Houve o reconhecimento de que o campo da sociobioeconomia amadureceu. Em comparação com o passado recente, hoje já se fala em capital de giro, acesso a crédito e estruturação de empreendimentos locais com mais consistência. O olhar não foi para o que ainda falta, mas para o que já foi conquistado como base para seguir em frente.

Também se destacou a importância da articulação com políticas públicas. Com estruturas institucionais hoje mais receptivas à pauta, como a existência de uma Secretaria Nacional de Bioeconomia, o cenário oferece novas janelas de oportunidade. A mudança de perspectiva proposta foi simbólica: atores financeiros devem ser vistos como parceiros estratégicos, e não adversários, desde que comprometidos com a transformação do modelo.

Mas o otimismo não veio sem alertas. Com a expectativa de grandes volumes de recursos circulando no setor nos próximos anos, cresce também o risco de desperdício, ineficiência e captura por atores descomprometidos com os valores da sociobioeconomia. O grupo reconheceu a urgência de criar mecanismos de governança e plataformas de apoio que preparem os territórios para absorver investimentos de forma segura, responsável e duradoura.

Caminhos para Escalar a Sociobioeconomia Amazônica: Financiamento, Autonomia e Alianças Estratégicas

No quarto dia da oficina, as discussões se voltaram para um dos temas mais críticos e estratégicos da sociobioeconomia: como acessar e mobilizar os recursos financeiros necessários para que iniciativas lideradas por comunidades amazônicas possam florescer, escalar e se sustentar no tempo. A plenária inicial foi seguida de um trabalho em grupos com perguntas norteadoras que visavam destrinchar a experiência concreta das organizações ali presentes:

- *O que as iniciativas estão fazendo para obter recursos financeiros?*
- *O que é preciso fazer melhor para obter financiamento com mais autonomia?*
- *Que habilidades são necessárias e como obtê-las?*

Grupo 1 – Pilar, David, Suzana, Trent, Antonio e Ruth

A primeira apresentação trouxe o caso do programa “Navegando Empreendedorismo na Amazônia”, conduzido pelo IPÊ na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista. A iniciativa surgiu da parceria com o LinkedIn, que ofereceu recursos financeiros para apoiar empreendedores comunitários.



Figura 27 Participantes reunidos para discussão em pequenos grupos.

O diferencial do projeto foi o cuidado com a formação e acompanhamento contínuo: 100 empreendedores foram identificados, 11 receberam um capital semente entre US\$ 3 mil e US\$ 5 mil, e todos passaram por um processo de capacitação com consultores voluntários. As formações abrangeram temas como precificação, embalagem, divulgação e gestão financeira,

com visitas técnicas regulares. Resultado: os empreendedores passaram a gerir seus próprios projetos de forma autônoma.

Na sequência, foi compartilhada a experiência de estruturação de uma cadeia comunitária de cacau na Amazônia, viabilizada por um fundo internacional voltado à conservação. Com a chegada de um fundo canadense voltado à conservação de áreas protegidas, foi possível financiar capacitações em gestão, finanças, inovação e conservação. Esse fundo inicial permitiu:

- Expansão para outras comunidades;
- Estruturação legal e formal da associação;
- Captação de fundos mistos, incluindo adiantamentos de clientes e apoio de governos locais para infraestrutura.
- Produção artesanal de chocolates com ingredientes amazônicos como ayahuasca e essências naturais.

O grupo fez o uso compartilhado de uma fábrica à noite, produção de 13 mil barras de chocolate e o surgimento de uma pequena empresa comunitária. Apesar dos avanços, desafios relacionados à capacidade de entrega e logística, o que resultou na perda de alguns clientes, evidenciando a necessidade de consolidação organizacional e crescimento planejado.

Outro relato enfatizou a importância da articulação entre empresas e produtores locais. Uma experiência com a União Europeia em 2016, em um projeto voltado à valorização de bens e serviços ecossistêmicos, como o pirarucu, camu-camu e buriti. A partir da articulação com uma empresa peruana de bebidas, foi possível conectar a demanda da indústria com os produtores locais de camu-camu. Essa ponte foi possível graças à relação pessoal com o responsável pelo projeto na empresa. Hoje, a empresa segue comprando o fruto, evidenciando o papel do relacionamento e da organização prévia na criação de cadeias sustentáveis.

Foi também destacada a relevância da linguagem e do enquadramento temático no momento de buscar financiamento. Em contextos nos quais o projeto versa sobre temas considerados responsabilidade do Estado, como saúde, adaptar a narrativa pode viabilizar o acesso a recursos. Em um caso relatado, um projeto de saúde indígena foi reformulado como um projeto de mulheres, o que permitiu o enquadramento dentro de linhas de apoio existentes. Hoje, em um contexto de pós-conflito na Colômbia, os projetos passaram a ser apresentados dentro do escopo de "projetos de paz", uma adaptação que responde às prioridades políticas do momento e às oportunidades de financiamento associadas a elas.

Outro ponto destacado foi a necessidade de formalização institucional para garantir acesso a fundos. Muitos empreendimentos indígenas existem na prática, mas não estão legalmente estruturados para receber recursos financeiros. A criação de arranjos híbridos, que combinam ONGs comunitárias e empresas locais, foi apontada como solução estratégica. Um exemplo citado foi o acordo com a Rainforest Foundation Noruega, que firmou uma parceria de cinco anos, onde os recursos são geridos desde a Noruega, mas a implementação é feita diretamente pelas comunidades com apoio técnico local.

Além disso, organizações como a Oxfam e o ICM também participam desse tipo de modelo, compondo o que foi descrito como uma aliança internacional funcional. Na visão dele, essa arquitetura é bem-sucedida porque distribui responsabilidades de forma complementar: quem tem os recursos colabora com quem tem o conhecimento do território e a capacidade de execução.

A experiência de parcerias de longo prazo com instituições internacionais demonstrou que essa arquitetura é eficaz na construção de confiança e continuidade. A qualidade do arranjo e da execução é mais importante do que a escala da iniciativa. Um pequeno projeto bem implementado pode ser mais transformador do que uma grande iniciativa mal planejada.

Por fim, foi ressaltado o papel significativo que ONGs internacionais desempenham no financiamento de projetos. Esses fundos têm possibilitado o funcionamento de várias iniciativas, mesmo com a chegada tardia dos recursos prometidos. Iniciativas locais que conseguiram se estruturar a partir da mobilização comunitária e apoio do poder público foram apresentadas como modelos possíveis, nos quais o recurso externo entra como catalisador e não como ponto de partida.

Um exemplo citado foi a construção de um centro cultural comunitário com o apoio do conselho da província, no Equador. Esse apoio envolveu recursos para a compra de máquinas e equipamentos e foi viabilizado pela própria comunidade, que se organizou coletivamente, disponibilizando o que já possuíam em termos de espaço e estrutura.

Essa construção colaborativa entre comunidade e poder público ilustra um modelo de ação baseado na mobilização local, onde o recurso financeiro externo é complementar e não central. No entanto, mesmo com essa força de base, há momentos em que a ausência de capital de giro trava o avanço, especialmente quando as iniciativas precisam escalar ou se estruturar com mais robustez.

Com isso, se reconhece que pequenos fundos locais são muitas vezes mais ágeis, mais acessíveis e melhor adaptados ao estágio inicial dos projetos, porém muitos deles ainda são subutilizados por falta de informação ou articulação entre comunidades e instâncias de governo.

Grupo 2 - Vanessa, Karen, Vanda, Cláudio, Andrea, Renato e Floriana

O grupo iniciou sua apresentação destacando que a autonomia verdadeira, especialmente no contexto da sociobioeconomia, só pode ser construída por meio da colaboração entre diferentes atores como ONGs, setor privado, fundações, instituições acadêmicas e organizações comunitárias. Essa colaboração foi defendida como caminho estratégico para fortalecer legitimidade, ampliar redes de apoio e atrair recursos de forma mais estruturada e sustentável.



Figura 28 Participantes reunidos para discussão em pequenos grupos.

O grupo reforçou em sua apresentação a importância da formalização legal. Mesmo que os empreendimentos sejam familiares ou comunitários, é essencial possuir um registro formal para receber financiamento, firmar parcerias e se inserir nas redes de apoio. Essa formalização não precisa ser burocrática ou limitadora, mas estratégica, permitindo a entrada no ecossistema de financiamento de forma segura. Outra proposta apresentada pelo grupo foi a criação de fundos coletivos dentro das próprias comunidades. A ideia é que esses fundos sirvam como mecanismos de apoio mútuo, capazes de viabilizar pequenos investimentos em fases iniciais de projetos, quando o acesso a crédito externo ainda é difícil.

A experiência de criar pontes com empresas foi amplamente discutida. Empresários têm resistência em dialogar com organizações da sociedade civil, e por isso é necessário aprender a falar a linguagem executiva, ajustando a narrativa e a apresentação dos projetos. Um exemplo trazido pelo grupo foi uma iniciativa de criação de conselhos criativos com executivos de empresas. Um participante compartilhou a experiência de uma organização que montou um conselho informal convidando executivos de nível médio a participarem de jantares mensais com a equipe da organização, onde trocavam ideias e sugestões estratégicas sem compromisso jurídico.

Com o tempo, esses executivos se envolveram e passaram a atuar como conselheiros formais da organização, abrindo portas, acessando redes e ajudando a viabilizar novas ideias produtivas. Este exemplo demonstra que para além de buscar grandes doadores, é possível ativar redes de colaboração com pessoas chave, que se sintam parte do processo e queiram investir tempo, conhecimento e capital social.

O caso da parceria do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) com a marca Havaianas, que resultou em uma linha de produtos com identidade amazônica demonstra o resultado direto dessa estratégia de aproximação e confiança entre mundos que tradicionalmente não dialogavam.

Outro tema recorrente foi a importância de conexões-chave na captação de recursos. O grupo ressaltou que bons projetos nem sempre são suficientes; muitas vezes, o diferencial está em saber quem pode abrir portas, oferecer referências ou indicar caminhos. Nesse sentido, o fortalecimento de relações de confiança com representantes de fundações, técnicos de agências de fomento e investidores de impacto é fundamental.

A apresentação também abordou com profundidade as diferenças entre fundos não-reembolsáveis e reembolsáveis. Os primeiros foram considerados mais adequados para fases iniciais, quando as organizações ainda estão desenvolvendo suas capacidades institucionais. Já os segundos, como linhas de crédito ou investimentos de impacto, foram vistos como instrumentos úteis para organizações já consolidadas. O grupo alertou para os riscos de acessar recursos acima da capacidade de execução, o que pode gerar frustração e desgaste institucional. A recomendação foi clara: buscar alianças e atuar em consórcios quando necessário, aproveitando a experiência de parceiros para ganhar escala e capacidade.

Outro ponto fundamental foi a necessidade de mentoria para acessar recursos, algo frequentemente negligenciado. A mentoria não se limita a orientação técnica, mas inclui formação em educação financeira, planejamento e prestação de contas, dimensões essenciais para garantir longevidade e integridade das organizações.

O grupo também apontou uma carência crítica de contadores preparados para atuar com empreendimentos não capitalizados. Muitos dos entraves burocráticos enfrentados por associações e cooperativas amazônicas nascem da desinformação ou despreparo dos contadores em lidar com o setor associativo e comunitário. Muitos grupos, ao buscar formalizar suas operações, se deparam com obstáculos que poderiam ser resolvidos com um contador preparado. Mas, em vez disso, recebem orientações inadequadas que limitam sua capacidade de operar de forma regular, acessar editais ou prestar contas corretamente.

É necessário aproximar os profissionais de contabilidade das realidades amazônicas. Nesse sentido, foram citadas experiências de fundos que operam diretamente com comunidades, sem intermediários institucionais, graças à maturidade organizacional construída com apoio técnico e político ao longo do tempo. Esses casos mostram que é possível estabelecer relações diretas de financiamento, desde que haja preparo, confiança e acompanhamento.

O grupo trouxe ainda a importância de incorporar a gestão de riscos desde a concepção dos projetos, considerando fatores climáticos, econômicos e de governança como partes integrantes da estratégia, e não apenas como ameaças externas. Essa abordagem preventiva fortalece a resiliência e a sustentabilidade das iniciativas.

Outro ponto enfatizado foi o intercâmbio entre comunidades como ferramenta poderosa de aprendizagem horizontal, troca de experiências e reconhecimento mútuo de soluções locais. A lógica da cooperação, e não da competição, foi apontada como alicerce para fortalecer o protagonismo coletivo e a diversidade de soluções adaptadas aos territórios.

A discussão também destacou a importância de estudos de viabilidade econômica e da inclusão dos custos da conservação no valor dos produtos. Essa valorização exige ferramentas

adequadas e dados precisos sobre cada cadeia produtiva. A necessidade de fundos semente, como os existentes em outros países da região, foi trazida como exemplo positivo que poderia ser replicado, tanto por governos quanto por atores privados.

O grupo fez uma reflexão crítica sobre a descolonização do financiamento, sugerindo a transição do papel de “beneficiárias” para “sócias” nas iniciativas comunitárias. Isso implica uma mudança profunda de perspectiva: comunidades não apenas como receptoras de recursos, mas como coautoras de projetos, com voz, decisão e protagonismo na gestão.

Na parte final da apresentação, o conceito de autonomia coletiva ganhou destaque. A ideia foi desmistificar a noção de autonomia como independência absoluta. Em vez disso, o grupo defendeu uma autonomia construída em rede, baseada na cooperação, na tomada de decisões compartilhadas e na corresponsabilidade. A palavra “sócio” foi ressignificada como símbolo de paridade e compromisso mútuo, mesmo que o termo gere confusão em alguns contextos.

Também foi relatado que algumas comunidades expressam sua autonomia por meio da recusa em prestar contas segundo modelos externos, o que não deve ser interpretado como irresponsabilidade, mas como defesa da autodeterminação e dos seus próprios critérios de gestão.

Por fim, a apresentação abordou o desafio de comunicar-se com diferentes públicos, desde comunidades até investidores. A capacidade de traduzir linguagens, expectativas e objetivos foi reconhecida como estratégica para criar pontes reais e evitar mal-entendidos. As ONGs, nesse processo, foram vistas como mediadoras essenciais, capazes de adaptar abordagens e estratégias para garantir que a sociobioeconomia territorializada seja compreendida e apoiada. A formação de consórcios interinstitucionais foi sugerida como uma ferramenta eficaz para fortalecer projetos, ampliar a escala e garantir apoio técnico e financeiro. A recomendação foi construir essas alianças com base em redes já existentes, aproveitando sinergias e respeitando os tempos e necessidades dos territórios.

Reflexões Finais da Plenária

A discussão realizada ao longo do dia destacou aspectos fundamentais para o fortalecimento e escalonamento da sociobioeconomia amazônica, a partir de experiências práticas e reflexões coletivas. Os participantes trouxeram exemplos concretos de captação de recursos e financiamento, revelando caminhos possíveis para o desenvolvimento de negócios comunitários e iniciativas locais. Os principais pontos abordados incluem:

1. Autonomia como Construção Coletiva

- Autonomia não é isolamento. É construída por meio da cooperação com ONGs, setor privado, academia e Estado.
- A noção de “sócio” foi ressignificada como parceiro horizontal e corresponsável pelas decisões, não apenas como investidor ou beneficiário.
- A “autonomia coletiva” envolve gestão compartilhada, protagonismo local e pactos interdependentes.

2. Arquitetura Institucional Estratégica

- Formalização é chave, mesmo para empreendimentos familiares ou comunitários, pois permite acesso a fundos, editais e parcerias.

- Fundos comunitários locais podem garantir capital semente e dar mais segurança nos primeiros estágios de um projeto.
- Estruturas híbridas (ONGs, associações, empresas parceiras) fortalecem a capacidade de receber, executar e prestar contas de financiamentos complexos.

3. Financiamento Inteligente e Escalonado

- Fundos não reembolsáveis são mais adequados para fases iniciais e fortalecimento organizacional.
- Fundos reembolsáveis (como crédito e investimento de impacto) exigem maturidade administrativa.
- O acesso a recursos deve ser compatível com a capacidade de execução.
- A mentoria técnica contínua (planejamento, contabilidade, prestação de contas) é essencial à longevidade institucional.

4. Contabilidade e Governança Comunitária

- Contadores convencionais não estão preparados para modelos associativos. É urgente aproximar profissionais capacitados às realidades comunitárias.
- ONGs podem atuar como ponte entre comunidades e serviços técnicos especializados.
- A prestação de contas é considerada um indicador de maturidade institucional.

5. Parcerias com o Setor Privado: Confiança e Linguagem

- Relações com empresas são viabilizadas por meio de conselhos criativos e encontros informais.
- Falar a linguagem executiva facilita a construção de pontes com empresários que, muitas vezes, têm resistência a lidar com organizações da sociedade civil.
- Parcerias bem-sucedidas nasceram de confiança construída ao longo do tempo, resultando em ações de co-branding e produtos com identidade amazônica.

6. Educação Financeira e Viabilidade Econômica

- A capacitação em educação financeira é indispensável para o empoderamento das organizações.
- Estudos de viabilidade econômica por cadeia produtiva ajudam a definir custos reais, margens e agregar valor.
- É necessário incluir serviços ecossistêmicos na formação de preços e estratégias de mercado.

7. Gestão de Riscos e Planejamento Estratégico

- Riscos climáticos, econômicos e políticos devem ser mapeados desde o início dos projetos.
- Planejamento estratégico com antecipação e flexibilidade reduz vulnerabilidades.
- Fundos semente nacionais e locais (como PRONAP, no Peru) são eficazes e podem ser replicados.

8. Redes, Consórcios e Aprendizagem Interterritorial

- A construção de consórcios multissetoriais (ONGs, setor privado, bancos, academia) fortalece a estrutura técnica e a confiança dos financiadores.
- Intercâmbios entre comunidades promovem aprendizado horizontal e fortalecem a coesão territorial.
- O fortalecimento de redes regionais ou bi-nacionais pode responder melhor a riscos e oportunidades conjunturais.

9. Descolonização do Financiamento

- A mudança de papel das comunidades, de “beneficiárias” para co-autoras de projetos, promove equidade nas decisões.
- O protagonismo local é condição para sustentabilidade real, e não mero requisito formal de editais.

Encerramento da Oficina

Ao final da oficina, com a maioria dos participantes ainda presentes, iniciou-se um momento de reflexão e encerramento. A proposta era revisitar os objetivos centrais do encontro e avaliar, de forma individual e coletiva, em que medida os três dias e meio de trabalho haviam conseguido avançar em relação a esses objetivos.

O facilitador lembrou que a oficina partiu de duas perguntas provocadoras: “Como a economia atual pode ser transformada em sociedade e economia?” e “Como o financiamento da conservação pode apoiar essa transição?”. Essas questões serviram como base inicial e foram, ao longo do processo, reinterpretadas, adaptadas e aprofundadas pelos próprios participantes, em diálogo com suas realidades e experiências práticas. Também lembrou os três objetivos principais da oficina:

1. Trocar e disseminar experiências práticas de iniciativas inovadoras em sociobioeconomia e financiamento da conservação;
2. Fortalecer e catalisar redes, com atenção à diversidade geracional e intercultural;
3. Estimular cada participante a sair com uma ideia nova e com pelo menos uma conexão útil criada durante a oficina.

Além desses, o facilitador retomou os objetivos específicos do encontro: discutir o cenário atual das iniciativas; identificar desafios e tensões; compartilhar experiências concretas; desenvolver sinergias entre sociobioeconomia e conservação; colher lições aplicáveis; e, acima de tudo, construir confiança entre os participantes.

Em seguida, cada participante foi convidado a recuperar sua nota onde, no início da oficina, havia escrito suas expectativas pessoais. Após uma leitura breve em roda, houve um momento de reflexão silenciosa e individual: cada um foi instigado a pensar se, para si, os objetivos pessoais haviam sido atendidos.

A oficina então se deslocou para o jardim do IPÊ, onde os cartazes produzidos ao longo dos três dias estavam dispostos no chão, organizados por data e temática. A atividade permitiu que os participantes caminhassem pelo material, revisitando os debates, desafios mapeados e ideias construídas em grupo, em um espaço de reconexão com o percurso coletivo da oficina.



Figura 29 Participantes revisitando os materiais criados durante os três dias de oficina.

De volta à sala, iniciou-se uma dinâmica voltada à continuidade das conexões geradas no encontro. Diversas propostas surgiram espontaneamente entre os participantes, demonstrando o desejo concreto de manter os vínculos vivos e produtivos. Entre as sugestões registradas:

- Realização de um webinar de acompanhamento, em três ou seis meses;
- Manutenção do grupo de WhatsApp, com uso restrito ao compartilhamento de informações, ações, aprendizados e pedidos de apoio relacionados à sociobioeconomia;
- Troca de contatos (e-mails e telefones) de todos os participantes, com consentimento coletivo;
- Criação de um documento compartilhado com links das organizações representadas na oficina;
- Elaboração de um documento de memória do workshop, que será produzido pelo IPÊ com possível solicitação futura de informações mais detalhadas sobre os projetos;
- Ideia de levar produtos das iniciativas comunitárias (como chocolates) para os próximos encontros;
- Sugestão de que estudantes da Universidade da Flórida possam colaborar com projetos dos participantes, especialmente durante o verão acadêmico;
- Produção de um vídeo curto para o YouTube, com imagens e depoimentos captados por fotógrafo e cinegrafista contratados;
- Proposta de criação de duplas de acompanhamento mútuo, como forma de estímulo para continuidade de ações e trocas após o workshop.

Ao final, o facilitador agradeceu a todos, destacando a qualidade das trocas, a generosidade dos relatos e o comprometimento dos participantes com a construção coletiva de soluções e caminhos para uma sociobioeconomia mais justa, eficaz e conectada à conservação.



Figura 30 Grupo de participantes da oficina de sociobioeconomia e finanças da conservação.

Anexos

A. Programação completa e detalhada da oficina

Horário	Sessão	Objetivos	Atividade	Detalhes
Dia 1 – 28 de Maio, 2025 Orientações e Construção de Confiança				
7:30-8:20	CAFÉ DA MANHÃ			
8:30	Abertura e boas-vindas	Criar ambiente acolhedor	Boas-vindas	• Abertura: Boas-vindas dos Padua ao IPÊ (15 min.) • UF: Boas-vindas de Karen Kainer da UF/Moore – (10 min.) • Apresentação dos facilitadores – Denyse Mello e Jon Dain
9:00	Apresentações		Apresentações	• Participantes: (30 min) • Marque o nome/localização no mapa da Bacia Amazônica usando notas adesivas (onde mora, trabalha) • Organização/cargo
9:30	Boas-vindas do líder temático		Discurso de boas-vindas da IPE e da IPC	Claudio Padua (IPE - Brasil) e Trent Blare (Centro Internacional da Batata – Equador) (10 min)
9:45	POC: Visão geral do projeto	Alinhamento entre os participantes	Contexto do projeto – por que esta oficina?	Visão geral do projeto com desenho esquemático em flipchart – Karen Kainer/UF (10 min.)
10:05	Objetivos, agenda e questões orientadoras da oficina		• Agenda/Objetivos e Logística • Expectativas • Normas	• Questões orientadoras da oficina*; objetivos, agenda, logística, etc. – Denyse (15 min.) • Expectativas apresentadas (da reunião virtual pré-oficina); expectativas adicionais discutidas/incluídas por aqueles que não participaram da reunião virtual. • Normas* – Denyse (5 min.) • Política de mídia social/confidencialidade das discussões *Questões orientadoras • Como as economias atuais podem se transformar em sociobioeconomias?

				• Como o financiamento da conservação pode apoiar a transição para as sociobioeconomias? Princípios orientadores • Traga algo útil (método, abordagem, caso, lição aprendida) • Saia com algo útil (método, abordagem, caso, lição aprendida) • Faça uma nova conexão que você dará continuidade
10:35	INTERVALO			Observação: Boas-vindas ao participante recém-chegado (David Solano Cornejo)
10:50	Definição de termos: “sociobioeconomia” e financiamento da conservação	Compreensão comum da socioeconomia amazônica e do financiamento da conservação (Objetivo 1)	Discussão em pequenos grupos: Como eles são vistos/percebidos em cada país?	Redação/reflexão individual (10 min) • O que as sociobioeconomias significam para você/sua organização? • O que o financiamento da conservação significa para você/sua organização? • Quais são suas conexões pessoais com os tópicos? O que você está trazendo para este workshop que pode beneficiar os outros? Pequenos grupos (4-5 pessoas) discutem e registram em flipcharts (60 min) • O que entendemos por sociobioeconomias? No Brasil? Peru? Colômbia? Suriname? Equador? Bolívia? EUA? • O que entendemos por financiamento da conservação?
12:00	ALMOÇO			
14:00	Compreensão comum das SocBioEcons e Cons Finance da Amazônia (Obj. 1)		Compartilhamento em plenária das discussões em pequenos grupos	• Compartilhamento em plenário das discussões em pequenos grupos • Dinâmica: Exercícios de alongamento • Relatório das discussões da manhã: Compartilhamento em plenário por grupos (90 min) • Uma pergunta por vez, os grupos compartilham Discussão em plenária 1. <i>O que entendemos por Sociobioeconomias?</i> 2. <i>O que entendemos por Finanças de Conservação?</i> 3. <i>Quais são nossas ligações com cada uma delas?</i>
15:30	INTERVALO			

15:50	Juntando as partes		Cont.	Discussão plenária: Reunir elementos/princípios comuns (25 min)
16:15	Reflexões	(Objetivo 3)	Participantes compartilham opiniões	Revisão: Agora que os temas estão definidos/compreendidos: O que cada um de vocês traz para este workshop que possa beneficiar os outros?
16:45-17:00	Conclusão		Discussão em plenária	• O que fizemos hoje – revisão das atividades e objetivos do dia • Conclusões? • Agenda de amanhã • Agradecer aos tradutores, equipe do IPE, Angelica, Analu, Vanessa • Encontre alguém com quem você ainda não conversou e apresente-se
19:00	JANTAR			
Dia 2 – 29 de Maio, 2025				
Explorando desafios: identificando tensões e pontos de alavancagem				
8:30	Abertura		• Olhando para trás / Olhando para frente	• Breve revisão do Dia I e introdução à agenda do Dia II + Questões orientadoras • Abertura: Rodada - Algo pelo qual você é grato • Apresentação/boas-vindas a Suzana Padua
9:00	Painel: Entrevistas com participantes	(Objetivos 2&3)	Sociobioeconomias na perspectiva de diferentes setores; Entrevistas: o ONG o Comunidade/Território o Setor privado (Objetivo 3)	Entrevistas (interativas): Sociobioeconomias na perspectiva de diferentes setores: 9h Trent Blare entrevista representantes de ONGs: • Carlos Koury • Paulina Espin 9h40 Entrevistas de Claudio Padua – Representantes da comunidade • Adevaldo Dias • Ruth Cayapa Questões orientadoras • <i>Iniciativa: nome, tipo, onde? Objetivos?</i> • <i>Necessidade/oportunidade específica? Com/para quem? Como foi identificada?</i> • <i>Como o plano foi desenvolvido? De onde vieram os recursos/financiamento?</i> • <i>Papel da população local na iniciativa?</i> • <i>Como a iniciativa funciona?</i>

				• <i>Elementos/práticas-chave que a tornaram bem-sucedida?</i> • <i>Desafios e tensões enfrentados?</i> • <i>Estratégias para superá-los?</i>
10:45	INTERVALO			
11:00	Painel	(Objetivo 2&3)	Sociobioeconomias; Entrevistas	11h00 Entrevistas com Trent Blare – Representantes de ONGs: Setor privado • Andrea Ortiz de Zavallos • Claudio Padua 11h40 – Discussão plenária
12:00	ALMOÇO			
13:50	Painel	Objetivo 4	Finanças da Conservação e pesquisador; Entrevistas	13:50 Entrevistas com Claudio Padua – Setor privado/Financiamento da conservação • Marcelo Cwerner • Manoel Serrao Bores de Sampaio 14:45 Dinâmica: Encontre um parceiro – Encontre uma árvore lá fora, toque nela, troquem datas de aniversário e voltem para a sala. Rodada – compartilhem datas de aniversário. 3 minutos! 14:55 Pilar Useche entrevista – Pesquisadores • David Solano Cornejo • Renato Farias Perguntas orientadoras • <i>Iniciativa: nome, tipo, onde? Objetivos?</i> • <i>Necessidade/oportunidade específica? Com/para quem? Como foi identificada?</i> • <i>Como o plano foi desenvolvido? De onde vieram os recursos/financiamento?</i> • <i>Papel da população local na iniciativa?</i> • <i>Como a iniciativa funciona?</i> • <i>Elementos/práticas-chave que a tornaram bem-sucedida?</i> • <i>Desafios e tensões enfrentados?</i>

				Estratégias para superá-los?
15:50	INTERVALO			
16:05	Discussão em pequenos grupos	(Objetivo 3)	Desafios e “tensões” comuns	- Análise das entrevistas com 10 pessoas: - Pequenos grupos de setores mistos: Quais foram os principais desafios (internos e externos) que ouvimos hoje? As tensões? Liste no flipchart. - Foram abordados? Como? - O que ouvimos que funcionou? O que não funcionou? Por quê?
16:40	Plenária	(Objetivo 3)	Colhendo temas	Grupos apresentam + Perguntas e respostas Perguntas e respostas Fatores que influenciaram o sucesso
17:15	Conclusão		Discussão em plenária	- O que nós fizemos hoje? - Conclusões? - Agenda para amanhã - Algo que você aplicará ou alguém com quem você entrará em contato
19:00	JANTAR			
20:00	CONFRATERNIZAÇÃO			
Dia 3, 30 de Maio, 2025 Abordagens escaláveis, éticas, inclusivas e equitativas				
8:30	Abertura (Jon)		Olhando para trás / Olhando para frente	Abertura: - Quem cantou ontem à noite? - O que fizemos ontem? Por quê? - Festa Junina “Grande marcha” - Apresentação da agenda do terceiro dia + objetivos do terceiro dia/questões orientadoras - Próxima reunião/atividade importante que você tem? - Definição de “escala” (Trent)
8:45	Discussão em pequenos grupos			Discussão dos resultados da sessão de ontem. 5 grupos

9:35				Discussão em plenária
10:30	INTERVALO			Dinâmica
10:4		Objetivo 5	Como o gênero, a igualdade social e a soberania territorial/cultural são contemplados nas socioeconomias e no financiamento da conservação? Evita a “captura pela elite”. (Objetivo 5)	Entrevistas com Pilar Useche – Questões de gênero, equidade, territorialidade e integração • Mayra Esseboom • Vanda Witoto • Antonio Loboguerero Questões orientadoras • <i>Como o gênero, a igualdade social e o bem-estar territorial/intercultural são contemplados nas socioeconomias e no financiamento da conservação?</i> • <i>Que conhecimentos (como agregar valor além da extração) precisamos para uma sociobioeconomia que seja inclusiva e beneficie a todos, evitando a “captura pela elite”?</i> • <i>Que estratégias têm sido bem-sucedidas?</i>
12:00	ALMOÇO			
13:45	Plenária		Escala cont. (Objetivo 4)	Dinâmica: Ande pela sala e cumprimente as pessoas como se fosse um amigo, bailarino, criança pequena, celebridade, etc. Discussão: O que aprendemos que pode ajudar as PMEs a se tornarem uma parte mais importante das economias estabelecidas*? Que medidas podem ser tomadas? <i>Exemplos concretos</i> • Os pares discutem “Eu fiz X e funcionou*” (10 min) • Discussão em plenária: os pares relatam (80 min) *Sem ser dominado por esse mercado (perder-se no processo, captura pela elite, perder a essência das sociobioeconomias, pequenas empresas vs. grandes empresas?) • <i>Advealdo: Logística do transporte de peixe</i>

				• Mayra: Organização de grupos de mulheres • Carlos: Blockchain • Andrea: Fábrica de gelo e diversificação de produtos
15:30	INTERVALO			
15:45	Pequenos grupos Plenária		Redes e coalizões: Parcerias intersetoriais para colaboração contínua em esforços de socioeconomia e financiamento da conservação com foco nas comunidades amazônicas. (Objetivo 6)	Que redes/coalizões existem que este grupo poderia aproveitar, com as quais poderia se associar? A quais redes você pertence? • Pequenos grupos por país fazem listas (20 min) • Relatório/compartilhamento em plenária (60 min)
17:30	Conclusão			• O que fizemos hoje? • Conclusões? • Agenda de amanhã • Algo que você compartilhará com um colega quando voltar para casa Partindo amanhã: Marcelo, Advaldo, Myra, Manoel <i>AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA: Você sentiu que trouxe uma ideia inovadora? Aprendeu algo novo que compartilhará com outras pessoas? Isso influenciará o que você faz? Você fez algum contato que dará continuidade?</i>
19:00	JANTAR			
Dia 4 – 31 de Maio, 2025 Da inspiração à ação				
8:30	Abertura		Olhando para trás / Olhando para frente	• Abertura: “Pense em um lugar na Amazônia que você adoraria mostrar às pessoas se pudesse”. Rodada de comentários/compartilhamento. • Breve revisão do Dia III o Relatório sobre desafios/tensões

				- o Discussão sobre gênero, equidade e desafios geracionais/juvenis (Mayra, Vanda, Antonio) - o Exemplos de projetos bem-sucedidos - o Discussão sobre redes • Apresentação da agenda do quarto dia + quem saiu ontem (4 ontem, 2 esta manhã) • Questões orientadoras
9:15	Plenária		Recursos para escalar e avançar	Plenária facilitada • O que é necessário para que as organizações locais angariem fundos para si próprias? • O que é que já estão a fazer que tem funcionado? • Que competências são necessárias para que os esforços das PME sejam bem-sucedidos e como podem ser desenvolvidas?
10:30	INTERVALO			
11:00	Variado	Síntese facilitada, Círculo de encerramento	Juntando as partes Resumo e conclusões	Revisão e avaliação do workshop • Revisão das perguntas orientadoras e dos objetivos do workshop • Revisão dos tópicos e atividades o Passeio pela galeria - em duplas (afixe todos os flipcharts ao redor do jardim circular do IPE, do lado de fora). Discuta suas reflexões enquanto revisa o workshop – 15 min. 11:30 Retorne à sala de reuniões, encontre flipcharts/post-its com seus objetivos pessoais para os workshops. Em duplas: você os alcançou? 11:45 • Quais ações/medidas subsequentes beneficiariam VOCÊ e seus colegas? (Workshops de acompanhamento em cada país para aqueles que puderam/não puderam participar?) • Quais produtos serão produzidos/compartilhados (Analu) o O que deve ser compartilhado na cúpula de fevereiro?

				o O que deve ser compartilhado por outros canais a partir deste workshop? Mídias sociais? Redes? • Como você compartilhará o que aprendeu aqui? As conexões que fez? Avaliação – por escrito
12:25	Plenária		Encerramento	Considerações finais/encerramento (líderes temáticos, UF) Agradecimentos aos tradutores, Claudio/Suzana-IPE, Trent/Claudio/Pilar. Analu, Vanessa, Angelica, Denyse e todos os participantes ENCERRAMENTO
13:00	ALMOÇO DE CELEBRAÇÃO			